



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS**

JADIR ALVES DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD):
PROPOSTA PARA LETRAMENTO DIGITAL DOS PROFESSORES EM
ATUAÇÃO NA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
TOCANTINENSE (ESMAT)**

**PALMAS (TO)
2020**

JADIR ALVES DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD):
PROPOSTA PARA LETRAMENTO DIGITAL DOS PROFESSORES EM
ATUAÇÃO NA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
TOCANTINENSE (ESMAT)**

Relatório Técnico com proposta de curso de formação profissional apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins, em Parceira com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, na linha de Pesquisa: Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos; subárea: Educação e Direitos Humanos, como requisito final para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Patrícia Medina.

PALMAS (TO)
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

O48f OLIVEIRA, JADIR ALVES DE.
FORMAÇÃO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
(EaD): PROPOSTA PARA LETRAMENTO DIGITAL DOS
PROFESSORES EM ATUAÇÃO NA ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE (ESMAT). / JADIR ALVES
DE OLIVEIRA. – Palmas, TO, 2020.
85 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal
do Tocantins – Campus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos
Humanos, 2020.

Orientadora: PATRÍCIA MEDINA

1. Formação de Professores. 2. Educação a Distância. 3.
Tecnologias Digitais. 4. Letramento digital.

CDD 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte.

A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo
184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

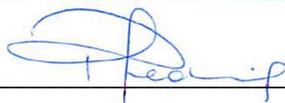
JADIR ALVES DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD):
PROPOSTA PARA LETRAMENTO DIGITAL DOS PROFESSORES EM
ATUAÇÃO NA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
TOCANTINENSE (ESMAT)**

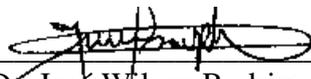
O trabalho apresentado foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e aprovado em sua forma final pela Banca examinadora abaixo constituída.

Data de aprovação: 11/09/2020.

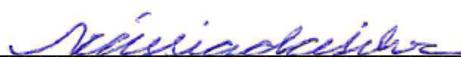
Banca Examinadora



Prof. Dra. Patrícia Medina Oliveira
Orientadora - UFT



Prof. Dr. José Wilson Rodrigues de Melo
Membro Interno UFT- MPPJDH



Prof. Dra. Valdirene Cássia da Silva
Membro Externo – Unicatólica

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Aduino de Oliveira e à minha mãe, Neusa Alves de Oliveira, meus maiores tesouros, minha base, meu maior exemplo.

Ao meu companheiro, Gustavo Paschoal, e aos nossos filhotes Luke e Hannah. Vocês foram essenciais nesse momento e souberam compreender e me ajudar em todas as etapas. Amo Vocês.

Aos meus irmãos Francisco, Jair, Silvia, Jalmir, Jamil e Nayara que são a maior parte do meu coração.

Aos meus sobrinhos! Espero que eu possa contribuir sempre com a formação de vocês e que meu aprendizado seja um excelente ensinamento a cada um(a).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, minha maior fonte de força e fé.

À minha orientadora, amiga e em muitos momentos Mãe, Doutora Patrícia Medina, por todos os ensinamentos e orientações que tenho recebido em todos os momentos. Muito obrigado por tudo! O meu tudo é pouco pela sua contribuição permanente.

Ao meu companheiro nessa jornada, Doutor Gustavo Paschoal T. C. Oliveira, pela paciência, carinho, respeito e, acima de tudo, pela dedicação e apoio nessa jornada tempestuosa, mas que com seu apoio foi superada.

Aos membros da banca, meus amigos, Doutora Valdirene Cássia e Doutor José Wilson. Agradeço pelo carinho e compromisso quanto às orientações pertinentes para melhoramento do meu trabalho.

À minha mãe em Palmas, Maria Luiza C. P. Nascimento e ao Doutor Sândalo Bueno pelo respeito, confiança de sempre e todo o carinho e auxílio no meu desenvolvimento profissional e pessoal. Obrigado por acreditarem em mim, sempre.

À minha Diretoria, Desembargador Marco Villas Boa e Ana Beatriz Pretto, pela oportunidade a mim concedida, pela confiança no meu trabalho e por todo o apoio durante o meu processo de formação.

Aos meus amigos e colegas de trabalho na Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Ana Paula, Andreia, Amanda, Bruno, Cynthia, Débora, Ednan, Elaine, Eugenia, Grazielle, João Leno, Lilian, Lily Sany, Lucilene, Mária, Neuton, Roberto, Silvania, Silvana, Sonia Claudia, Vanice, Vinícius. Agradeço pelo conforto e auxílio nas horas difíceis dessa caminhada.

Aos meus amigos, Débora Galan, Yasmilsa Mesquita, Luciana Teles, Lindomar Teles, Glacielle Torquato, Glaucia Maia, Juliane Freire, Flávia Afini, Rachel Bernardes e Ilda Neta, pelos momentos de compreensão, incentivo e apoio de sempre.

Aos meus amigos de Fé, tomo a liberdade para nomear Mônica Póvoa, Tânia Marques e Écio Marques, obrigado por todo o acompanhamento espiritual.

RESUMO

Trata-se de pesquisa de natureza empírica e caráter explicativo, com abordagem quantiquantitativa, que versa sobre a formação docente para atuação na educação a distância (EaD) enfocando o letramento digital de professores em atuação na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). Tem-se por finalidade a elaboração de um programa de formação em letramento digital para maximizar o potencial dos facilitadores de aprendizagem quanto aos recursos nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) em prol da qualidade na educação a distância. Utilizou-se, para tanto, abordagem quantiquantitativa e o emprego de técnica indireta, por meio de análise de doutrina especializada, normativas do Poder Judiciário, relatórios de gestão e Projeto de Desenvolvimento Institucional da Esmat. Verificou-se necessidade contínua de processo de formação docente com foco em aperfeiçoamento no que se refere à utilização das plataformas de auxílio ao processo ensino-aprendizagem. Indicou-se, por fim, a proposta de qualificação intitulada “Programa de formação em letramento digital para docência *on-line*”.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Letramento digital. Formação de Professores. Educação a Distância.

ABSTRACT

Abstract - This is an empirical and explanatory research, based on a quantitative-qualitative approach, which deals with a teaching training to work in distance education (DE) focusing a digital literacy of professors working at the School of Judges of Tocantins (Esmat). The purpose is to develop a training program in digital literacy to maximize the potential of learning facilitators regarding resources in virtual learning environments (VLE) in favor of quality in distance education. For this purpose, a quantitative-qualitative approach and the use of indirect technique was used, through analysis of specialized doctrine, rules of the Judiciary, management reports and Esmat's Institutional Development Project. It was verified a continuous need for a professor training process with a focus on improving in relation to the use of platforms to assist the teaching-learning process. Finally, a qualification proposal entitled "Training program in digital literacy for online teaching" was indicated.

Key words: Digital Technologies. Digital Literacy. Training of Professors. Distance Education

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Primeiras servidoras da Esmat: Andréia Teixeira Marinho Barbosa e Josilene Carvalho de Oliveira.
- Figura 2 – Posse do desembargador Marco Villas Boas como diretor da Esmat, em 2011.
- Figura 3 – 1ª Transmissão via satélite da Esmat, em 2010.
- Figura 4 – Telessala da Esmat.
- Figura 5 – Sede da Esmat, em 2010.
- Figura 6 – Biblioteca da Esmat, em 2010.
- Figura 7 – Biblioteca da Esmat, em 2010.
- Figura 8 – Reunião com Conselho Estadual de Educação para fins de implementação dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em 2011.
- Figura 9 – Em 2011, reunião com a equipe da UFT e ESMAT para fins de implementação do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.
- Figura 10 – Integração dos Processos da Esmat – SGQ (ISO 9001).
- Figura 11 – Esmat é a primeira Escola da Magistratura a receber certificado ISO 9001 (Ano 2015).
- Figura 12 – Sede da Esmat, em 2016, Quadra 103 Norte ACNO 11 – Conjunto 03, Lote 2, Rua NO 11 com Avenida NS 01. CEP: 77.001-036, Palmas – Tocantins.
- Figura 13 – Sede atual da Esmat na Avenida Teotônio Segurado, Plano-Diretor Norte, AANE 40, QI-01 Lote 03. CEP: 77.006-332, Palmas – Tocantins.
- Figura 14 – ENIAC, o primeiro computador do mundo, também conhecido como Electronic Numerical Integrator And Computer.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Pessoal Capacitado no período de 2014 a 2019.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de Pós-Graduações *Lato Sensu*.

Tabela 2 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2016.

Tabela 3 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2017.

Tabela 4 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2018.

Tabela 5 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2019.

Tabela 6 – Números de Pessoal Capacitado pela Esmat desde o ano de 2014.

Tabela 7 – Relatório Geral dos Cursos de Formação para Facilitadores de Aprendizagem ofertados pela Esmat.

Tabela 8 – Número de Atividades EaD e Número de Docentes Online.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COPEDEM	Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura
EaD	Educação a Distância
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
ENIAC	Electronic Numerical Integrator And Computer
Esmat	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
GAPs	Lacunas do conjunto de conhecimentos e habilidades
IOT	Internet of Things – Internet das Coisas
MEC	Ministério da Educação
NUCAS	Núcleo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores
PC	Computador Pessoal
PPGPJDH	Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
TCP/IP	Conjunto de protocolos de comunicação entre computadores em rede
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias da Comunicação e da Informação
TJ	Tribunal de Justiça
TJ/TO	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Seção 1 – O PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE E SEU COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS.....	17
1.1 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	30
1.2 ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)	31
1.3 A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE (ESMAT): DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM PROL DA CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADO(A)S E SERVIDORE(A)S COM VISTAS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À JUSTIÇA	33
Seção 2 – O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUAS POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO CORPORATIVA	44
2.1 O LETRAMENTO DIGITAL COMO NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	54
Seção 3 – A QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA DOCÊNCIA ONLINE	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
Programa de Formação em Letramento Digital para Docência Online	77
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

É crescente a utilização de ferramentas tecnológicas como o computador e a internet na vida social, e isso tem exigido das pessoas adultas a aprendizagem de comportamentos, habilidades e raciocínios novos, além de reconfigurações de entendimentos e comportamentos considerados, durante grande parte de suas vidas, como certos ou únicos. As tecnologias da comunicação e as informações digitais fizeram surgir um novo tipo de paradigma ou modalidade de letramento, que tem sido chamado de letramento digital.

Esse novo letramento considera a necessidade de os indivíduos dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que precisam ser consideradas pelas instituições de ensino, a fim de habilitar o mais rápido possível professores para orientarem aprendizagem de alunos adultos em um ambiente cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais.

Para a educação regular, esse novo ambiente se apresenta como um desafio enfrentado num fluxo contínuo de formação que dar-se-á pela atualização dos currículos da educação profissional universitária. O mesmo ocorre não somente em ensino universitário, mas também em demais instituições de formação e aperfeiçoamento profissional, por exemplo, Escolas do Poder Judiciário.

Saliente-se que a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, atribuiu ao Poder Judiciário a inteira responsabilidade pela seleção, preparação e aperfeiçoamento de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de ingresso e vitaliciamento, a realização de cursos oficiais ou reconhecidos pela Escola Nacional de Magistrados (Enfam) e definiu, também, a criação de Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Nessas instituições, os professores são, em grande escala, magistrados e *experts* em áreas de atuação não orientadas à educação escolarizada. Por isso, a formação para o exercício da docência passou a ser atribuição da própria instituição que demanda o exercício da docência.

Na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), magistrados e demais servidores são convidados a exercerem a docência em ambientes educacionais que mesclam a educação presencial e a mediada por tecnologias

educacionais de televisão-vídeo e ambientes virtuais de aprendizagem. Nesse cenário, a formação inicial e continuada para o exercício da docência pode ser tratada como uma necessidade de treinamento.

Para fazer frente a esse permanente desafio, com vista à manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos pela Esmat em seu projeto estratégico e educacional, propõe-se a implementação de um programa de preparação de professores para maximizar o potencial dos recursos tecnológicos existentes e disponíveis em Palmas e nas demais comarcas do Tocantins.

A Resolução nº 178 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 8 de agosto 2013, esclarece as regras administrativas e financeiras que regem o sistema de educação judicial no Brasil. Nela, lê-se o art. 15, “sempre que possível e observada a especificidade da ação formativa, deverá ser priorizado o uso da educação à distância como forma de melhor aplicação de recursos públicos”.

O recorte teórico nos ambientes de educação à distância, assim como os recursos afinados com esse meio, devem ser priorizados como modalidades de propagar a educação judiciária e se justifica-se uma vez que, perfeitamente afinada com as macro diretrizes, a realidade tocantinense é exemplar, pois possuiu ambientes educacionais com salas de recepção de transmissão de TV e acesso à internet em todas as comarcas do estado.

A pesquisa em questão, de natureza empírica e caráter explicativo, estribada em abordagem quantiquantitativa, tem por objetivo compreender os mais diferentes aspectos de determinada atividade exercida, qual seja, a docência via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), resultando em um produto educacional que aperfeiçoe a educação oferecida pela Esmat. O intuito é impactar positivamente todo o processo de prestação jurisdicional tocantinense, uma vez que a educação constitui o meio para promover mudanças nas pessoas e, estas, aperfeiçoam o meio.

Tem-se, por objetivos específicos: identificar treinamentos realizados pela participação direta de professores e equipes pedagógicas da Esmat; constituir um *corpus* de referências conceituais explanatórias a partir do estudo sistematizado e fundamentado das práticas já consolidadas de letramento digital conhecidas; analisar resultados registrando-os no presente estudo para, a partir deles, propor o programa de formação; elaborar um programa de letramento digital direcionado aos facilitadores de aprendizagem, com atuação na Esmat.

Para tanto, o estudo, devidamente fundamentado em doutrina, normativas do Poder Judiciário, bem como em relatórios de gestão e Projeto de Desenvolvimento Institucional da Esmat, encontra-se constituído em três seções.

A primeira seção tem por escopo apresentar panorama da educação no Poder Judiciário brasileiro, com destaque nas ações educacionais realizadas pela Esmat. Dissertar-se-á sobre breve histórico da Esmat bem como sobre normativas que regem a educação judicial: Resolução n.º 111, de 6 de abril de 2010; Resolução n.º 159, de 12 de novembro de 2012; Resolução n.º 192, de 8 de maio de 2014.

A segunda seção versa sobre o avanço das tecnologias digitais, suas possibilidades no processo de ensino-aprendizagem na educação corporativa, bem como o letramento digital como necessidade para o desenvolvimento da educação a distância. A terceira e última seção trata sobre a qualificação dos professores para a atuação na docência *on-line*.

A estrutura apresentada faz-se necessária para que se consiga, ao final da pesquisa, compreender e se chegar às respostas aos seguintes questionamentos: Como se configura o perfil docente relativamente às competências de ensinar no ambiente virtual dos professores e potenciais professores da Esmat? Que indicações objetivas podem ser implementadas a partir das recomendações pedagógicas já consolidadas pelas equipes de Coordenação Pedagógica?

Seção 1 – O PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE E SEU COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS.

Em 1988, foi criado o estado do Tocantins, o mais novo estado da Federação. Em 1989, foram instalados os três Poderes estaduais: Executivo, Legislativo e Judiciário. Passados 14 anos, em 2003, foi instalada, pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marco Villas Boas, após a aprovação de seu Regimento pelo Tribunal Pleno, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)¹ e somente em 2005 ela realizou sua primeira iniciativa de Educação Corporativa².

A iniciativa, conforme artigo 1º da Resolução nº 005, de 1998, foi a de instituir um órgão no Tribunal de Justiça capaz de atender aos requisitos previstos no artigo 93, II, letra “c”, e IV da Constituição Federal de 1988, destacando-se a organização de cursos de preparação para a carreira de juiz; de iniciação funcional para novos magistrados e servidores; de capacitação e atualização; de altos estudos, seminários, simpósios, painéis e outras atividades destinadas ao aprimoramento profissional com vista à excelência da prestação jurisdicional.

Essa instituição de formação está construída no contexto das escolas judiciais e judiciárias reconhecidas a partir da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a qual institui a Reforma do Judiciário que, entre outras mudanças, previu a implementação de uma Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), entidade central do sistema brasileiro de formação e aperfeiçoamento de juízes, conforme prevê o inciso IV do art. 93 da Constituição Federal, de 1988.

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) é “órgão do Tribunal de Justiça do Tocantins, com sede na capital Palmas e abrangência em

¹ Criada pela Resolução nº 005, de 1998, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão Plenária, de 5 de novembro de 1998. Disponível em: <<http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/a-escola/historico.html>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

² Entende-se por **educação corporativa** o processo de ensino-aprendizagem que tenha como prioridade a obtenção, manutenção e disseminação do conhecimento que ocorre dentro das Instituições Corporativas, por meio de um sistema de aprendizagem contínuo com uso de novos processos e novas soluções em busca do desenvolvimento do capital intelectual – potencial intelectual, físico, espiritual, estético e afetivo – dos colaboradores, favorecendo a interação por meio do desenvolvimento de competências, formas de pensamento, atitudes e hábitos, oferecendo-lhes ferramentas para melhoria contínua da prestação de um serviço com qualidade.

todo o Estado, tem por objetivo a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores como elementos essenciais ao aprimoramento da prestação jurisdicional” (ESMAT, *online*), além de:

proporcionar meios para a especialização, iniciação, aperfeiçoamento e atualização de magistrados e servidores ao exercício do poder e função jurisdicionais; incentivar a pesquisa científica e o debate jurídico de temas relevantes, a fim de colaborar para o desenvolvimento da Ciência do Direito, com vista ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, seja na elaboração, interpretação e aplicação das leis e apresentação de projetos de aperfeiçoamento da legislação; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da solidariedade humana, a compreensão e a promoção dos direitos e deveres da pessoa; proporcionar ao meio acadêmico e à sociedade em geral acesso ao conhecimento do sistema jurídico como forma de aprimorar a sociedade e prevenir conflitos; propiciar a efetivação da cidadania por meio do aprimoramento de estudos e pesquisa científica em busca do respeito e fortalecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana (ESMAT, *online*).

Começa então a funcionar no térreo do Tribunal de Justiça, em uma sala com apenas duas mesas, um computador e poucos servidores, tendo como objetivo promover cursos de preparação à carreira de juiz, de iniciação funcional para novos magistrados, de extensão e atualização, de altos estudos, seminários, simpósios, painéis e outras atividades destinadas ao aprimoramento dos serviços prestados pela Instituição.

Figura 1 – Primeiras servidoras da Esmat: Andréia Teixeira Marinho Barbosa e Josilene Carvalho de Oliveira



Fonte: Arquivos Esmat

Em 2009, foi criada a Escola Judiciária que veio para atender aos anseios dos servidores, com a finalidade de lhes proporcionar cursos de formação e aperfeiçoamento. Assim, nos anos de 2009 e 2010, funcionaram duas escolas dentro do Poder Judiciário, a Escola Judiciária e a Escola da Magistratura.

A Escola Judiciária foi implementada pela desembargadora Willamara Leila, funcionando no setor de Gestão de Pessoas, no Tribunal de Justiça, tendo o Núcleo de Formação e a Coordenação de Capacitação de Servidor; porém, o foco principal era a folha de pagamento, férias de magistrados e servidores, política de incentivo e de melhoria de vida ao servidor. Assim, a Coordenação dos cursos não funcionava efetivamente, pois não focava na questão da capacitação, ficava à margem de qualquer possibilidade de expansão. A solução à época foi retirar a escola de dentro da Diretoria de Gestão de Pessoas e fazer uma escola com estrutura física, estrutura tecnológica e pedagógica etc.

A escola tinha como maiores dificuldades a indisponibilidade de estrutura física e cargos indisponíveis, e não havia pessoas com formação específica ou uma equipe que pudesse desenvolver o projeto, ou seja, tornar a escola corporativa de excelência como é atualmente.

Em 2010, após análise do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para o período compreendido entre 2010 a 2014 e tabulação dos dados levantados por meio da aplicação de questionários, bem como de entrevistas realizadas com os gestores dos diversos setores do Tribunal, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou suas atividades de forma a contribuir com o alcance dos objetivos institucionais.

Verifica-se que o direcionamento das ações estratégicas do Judiciário Tocantinense tem compromisso com a valorização de seu capital intelectual, com vistas ao fortalecimento institucional, o que pode ser verificado por meio dos projetos previstos no Plano Estratégico do Tribunal³, podendo-se destacar os seguintes:

Promoção da Gestão de Pessoas por competência - Projeto nº 13 do Plano Estratégico 2010-2014;

³ Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Disponível em <<http://www.tjto.jus.br/coges/index.php/planejamento-estrategico/ciclo-2010-2014/plano-estrategico-2010-2014>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Implantação de projeto para educação presencial e a distância para servidores do Poder Judiciário - Projeto nº 12 do Plano Estratégico 2010-2014;
Programa de especialização e aperfeiçoamento de magistrados - Projeto nº 10 do Plano Estratégico 2010-2014;
Infraestrutura e tecnologia para ESMAT - Projeto nº 11 do Plano Estratégico 2010-2014;
Implantação e modernização da biblioteca - Projeto nº 39 do Plano Estratégico 2010-2014;
Garantia de orçamento anual à Escola Superior da Magistratura Tocantinense, com previsão de acréscimo anual em percentuais fixados pela Resolução 21/2009.

Existia uma Escola da Magistratura que não tinha cargos, nem servidores cedidos pelo Poder Judiciário, portanto, não atuava de forma efetiva. Com a criação da Escola Judicial, com cargos de diretor, secretário, coordenadores e outras funções administrativas para fomentar a escola, viu-se a necessidade de unificar as escolas. Em 2011, o desembargador Marco Villas Boas, na época vice-diretor da Esmat, cujo diretor era o desembargador Luiz Aparecido Gadotti, fez vários estudos com a proposta de unificá-las.

Em fevereiro de 2011, a Presidência do Tribunal de Justiça foi assumida pela desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa e, nesse mesmo período, o desembargador Marco Villas Boas foi eleito diretor geral da Esmat, sendo que sua primeira ação foi a unificação das escolas, em fevereiro de 2011.

É importante destacar que o crescente investimento nas atividades de educação continuada pode ser constatado pelo número dessas atividades nos últimos anos, conforme registros nos Relatórios de Gestão do Poder Judiciário Tocantinense⁴. Até outubro de 2009, poucas ações de capacitação foram realizadas, não existindo sequer estatística sobre elas. Já, de 2009 até 2020, pode ser constatado o salto dado pelo Tribunal, por meio da Esmat, na promoção das inúmeras atividades de educação continuada.

Por meio da Resolução nº 02, de 2011, do Tribunal de Justiça, publicada no Diário da Justiça nº 2.589, de 15 de fevereiro de 2011, houve a unificação das escolas de formação e aperfeiçoamento funcional do Poder Judiciário Estadual, com a incorporação da Escola Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, a qual tinha sido criada pela Resolução nº 14, de 13 de agosto de 2009, do Tribunal

⁴ Relatórios de Gestão do Poder Judiciário Tocantinense. Disponível em: <<http://www.tjto.jus.br/coges/index.php/gestao-da-informacao/relatorio-de-gestao/category/44-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

de Justiça. Assim, a Esmat consolidou-se como Instituição de Ensino Corporativo que atende a magistrados e servidores de primeira e segunda instâncias⁵, vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com vista ao alcance da excelência técnica e ética nos serviços prestados pela Justiça Estadual.

Com a Emenda Constitucional nº 28, de 8 de dezembro de 2015, da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Esmat passou a ter status constitucional estadual, figurando no artigo 43, inciso VI, § 7º como órgão do Tribunal de Justiça com atribuição de formar e aperfeiçoar magistrados e servidores.

As escolas de governo judiciais podem vir a ser modelo de eficiência e eficácia para o Brasil, se puderem colocar todos os atores do sistema de justiça como mediadores na construção e compartilhamento de conhecimento, incentivando-os à investigação, ao aperfeiçoamento e à qualificação e, conseqüentemente, promovendo a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

Para Eboli (2004),

Cada vez mais se percebe a necessidade de as empresas deixarem de encarar o desenvolvimento de pessoas como algo pontual, treinando-as em habilidades específica. A postura voltada à aprendizagem contínua e ao autodesenvolvimento é um estado de espírito, um processo de constante crescimento e fortalecimento de indivíduos talentosos e competentes (EBOLI, 2004, p.15).

A Esmat implementou, em 2011, salas de aula nas 42 comarcas do estado do Tocantins e conta com sistema tecnológico inovador, ou seja, estúdio com ilha de edição; corte e ilha de edição; além do estúdio de gravação e transmissão ao vivo de cursos e eventos para todas as comarcas. Uma rede de canal fechado, exclusiva do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, permitiu o oferecimento do Curso de Pós-Graduação e de Aperfeiçoamento em Gestão do Judiciário a 1.612 servidores, em tempo real, com interação também em tempo real, com custo inferior se comparado à modalidade presencial.

⁵ A organização do Poder Judiciário foi determinada pela Constituição Federal (do artigo 92 ao 126). (...) A estrutura de todas elas é composta por dois graus de jurisdição, que vêm a ser a primeira e a segunda instância. A primeira instância ou primeiro grau são as varas ou seções judiciárias onde atuam o juiz de Direito. Essa é a principal porta de entrada do Judiciário. Grande parte dos cidadãos que entra com uma ação na Justiça tem o caso julgado por um juiz na primeira instância, que é um juiz chamado de singular (único), que profere (dá) a sentença (decisão monocrática, de apenas 1 magistrado). Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/primeira-instancia-segunda-instancia-quem-e-quem-na-justica-brasileira/>>. Acesso em: 5 set. 2020.

Figura 2 – Posse do desembargador Marco Villas Boas como diretor da Esmat, em 2011.



(Fonte: Arquivos Esmat)

A otimização dos recursos financeiros pode ser confirmada a partir da seguinte análise: tomando-se por referência um curso de pós-graduação *lato sensu*, com carga horária mínima definida pelo MEC de 360 horas aulas, para 1.612 servidores, lotados em 42 comarcas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, tem-se o seguinte quadro: no formato presencial, estimando-se o pagamento de 12 parcelas mensais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), acrescido da matrícula de igual valor, ao final, o curso de pós-graduação *lato sensu*, para um servidor, apresentaria o custo mínimo de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Multiplicando-se esse valor por 1.612 servidores, o resultado seria o montante de R\$ 4.191.200,00 (quatro milhões, cento e noventa e um mil e duzentos reais). No formato telepresencial, esse mesmo curso, com carga horária de 405 horas, para 1.612 servidores, incluindo a instalação de estrutura de Educação a Distância, formando a Rede Tecnológica do TJ/TO, foi contratado por R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Logo, a um custo final individual de R\$ 434,24 (quatrocentos

e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), o que significa o desembolso mensal de R\$ 33,40 (trinta e três reais e quarenta centavos) para a capacitação de um servidor. (NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA ESMAT – NUCAS, 2010.)

Figura 3 – 1ª Transmissão via satélite da Esmat, em 2010.



Fonte: Arquivos Esmat.

Figura 4 – Telessala da Esmat



Fonte: Arquivos Esmat

No ano de 2010, a Esmat foi transferida para um prédio com biblioteca e sala de aula. No mesmo local, onde funcionava, ainda, a Corregedoria de Justiça.

Figura 5 – Sede da Esmat, em 2010.



Fonte: Arquivos Esmat

Figura 6 – Biblioteca da Esmat, em 2010



Fonte: Arquivos Esmat

Figura 7 – Biblioteca da Esmat, em 2010



Fonte: Arquivos Esmat

A biblioteca da Esmat conta com um dos maiores acervos de Escolas Corporativas do País. Foi criada em 1999, inicialmente instalada no Tribunal de Justiça do Tocantins, a fim de atender à demanda informacional de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado.

Em 2010, a biblioteca passou a fazer parte da estrutura organizacional da Escola Superior da Magistratura Tocantinense para oferecer suporte didático e científico à comunidade acadêmica da Escola, além de gerenciar o acervo bibliográfico disponível às unidades do Poder Judiciário tocantinense. É predominantemente composta de livros jurídicos, mas também possui obras de áreas afins à atuação e administração do Poder Judiciário e obras de literatura brasileira e estrangeira. O usuário da biblioteca da Esmat, pela Intranet, pode consultar diversas obras em direito, além de acervo com mais de 100 títulos de periódicos impressos e digitais.

Em 2011, ocorreu a primeira reunião com o Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins (CEE), para fins de implementação dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. A Esmat, a partir daquele momento, passou a ser credenciada pelo CEE com autorização para oferecer cursos de pós-graduação.

Figura 8 – Reunião com Conselho Estadual de Educação para fins de implementação dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em 2011.



Fonte: Arquivos Esmat

Tabela 1 – Cursos de Pós-Graduações *Lato Sensu*

Ano	Nome do Curso
2012	Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
	Administração Pública com Ênfase em Administração do Judiciário
2013	Especialização em Criminologia
2014	Criminologia e Ciências Criminais
	Direito Público
	Teoria da Decisão Judicial – Turma I
2016	Teoria da Decisão Judicial – Turma II
	Direito Constitucional
	Prática Judiciária – Turma I (Araguaína, Gurupi e Palmas)
	Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma I
2018	Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II
	Teoria e Prática do Direito Privado
2019	Prática Judiciária – Turma II

Fonte: Relatório de Gestão – Esmat *online*

A Esmat, diante de sua autonomia pedagógica, escolhe as atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento a partir de instrumentos diversos para formar o seu planejamento anual de oferta de cursos, a exemplo, as constantes sugestões recebidas dos alunos nas avaliações de reação, pesquisas entre as unidades diretivas do Tribunal de Justiça, além da definição do tratamento das lacunas do conjunto de conhecimentos e habilidades — tanto técnicos quanto comportamentais — (GAPs) necessários aos servidores e magistrados, definidas pelo Comitê de Gestão por Competência e onde deva ser feita uma capacitação mais efetiva. Também são consultados os juízes para que se manifestem acerca dos cursos necessários para melhoria da prestação jurisdicional.

Em 2013, a Esmat implementa a sua primeira turma de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, tendo, em 2019, sua VIII Turma.

O Programa de Mestrado foi promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), tendo como objetivo qualificar, ainda mais, os profissionais para a atuação na prestação jurisdicional no Estado do Tocantins.

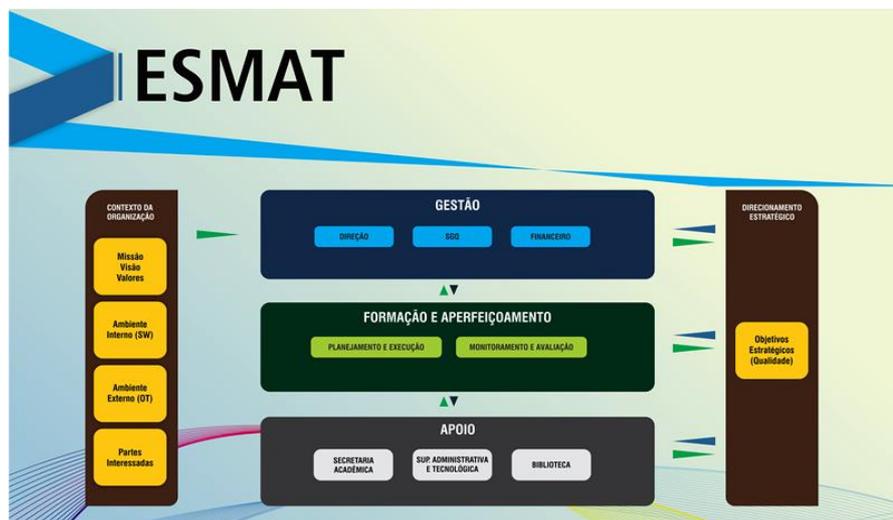
Figura 9 – Em 2011, reunião com a equipe da UFT e ESMAT para fins de implementação do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.



Fonte: Arquivos Esmat

A Esmat implementou, em 2015, processos de rotinas e de gestão por resultados. Fora implementada a norma ISO 9.001 com ferramentas que propiciam continuidade nos processos internos executados por todos os setores da Escola.

Figura 10 – Integração dos Processos da Esmat – SGQ (ISO 9001)



Fonte: Arquivos Esmat

Figura 11 – Esmat é a primeira Escola da Magistratura a receber certificado ISO 9001, em 2015.



Fonte: Arquivos Esmat

Em 2016, a Esmat mudou-se para novo prédio, localizado no centro da cidade de Palmas e, a partir na nova estrutura física, expandiu o número de ofertas de cursos e eventos.

Figura 12 – Sede da Esmat, em 2016, Quadra 103 Norte ACNO 11 – Conjunto 03, Lote 2, Rua NO 11 com Avenida NS 01. CEP: 77.001-036, Palmas – Tocantins.



Fonte: Arquivos Esmat

Em 2017, a Esmat muda-se, novamente, em função do quantitativo crescente de alunos, uma vez que o prédio anterior não atendia ao quantitativo de cursos e eventos.

Figura 13 – Sede atual da Esmat na Avenida Theotônio Segurado, Plano-Diretor Norte, AANE 40, QI-01 Lote 03. CEP: 77.006-332, Palmas – Tocantins.



Fonte: Arquivos Esmat.

A Esmat é referência nacional por seu processo de desenvolvimento de pessoas que está alinhado à definição das estratégias institucionais. Esse reconhecimento, além de ser individual e pertencer a cada escola judicial e de magistratura do Brasil, é também do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), que congrega, desde 2005, as escolas judiciais e de magistratura dos Tribunais de Justiça.

A Esmat tornou-se de grande importância para o Poder Judiciário e para a efetiva prestação jurisdicional. É importante destacar, dentre outras ações da Esmat, a oferta contínua e imprescindível a magistrado(a)s e servidore(a)s de ações de capacitação e aperfeiçoamento para a devida prestação jurisdicional uma vez que as ciências jurídicas solicitam constante aprimoramento e atualização diante da necessidade de se acompanhar as demandas sociais.

São algumas das diretrizes das instituições vinculadas ao Poder Judiciário que, direta ou indiretamente, tratam do processo de formação e educação de magistrado(a)s e servidore(a)s: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

1.1 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

O Conselho Nacional de Justiça é “instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual” (CNJ, *online*). No que se refere à formação de magistrado(a)s e de servidore(a)s e ao acesso à justiça, mister se faz destacar as seguintes diretrizes: Resolução nº 111, de 6 de abril de 2010; Resolução nº 159, de 12 de novembro de 2012; Resolução nº 192, de 8 de maio de 2014.

A Resolução nº 111, de 2010, tem por finalidade instituir o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud). Traz, em suas considerações, apontamentos sobre a necessidade de criação de Centro de Capacitação de Servidores; cumprimento de metas traçadas anteriormente na Resolução de nº 70, de 18 de março de 2009; padronização e agilidade em procedimentos burocráticos, dentre outros (CNJ, *online*). Trata-se de diretriz que busca a implantação de ações necessárias para promoção de educação corporativa de servidore(a)s do Poder Judiciário.

A Resolução nº 159, de 2012, tem por escopo dispor sobre “diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário” (CNJ, *online*). Tal Resolução faz referência, em seu artigo 2º, à Enfam, especificamente em relação à sua competência para “regulamentar os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores, bem como a coordenação das Escolas Judiciais e de Magistratura, estas últimas quando em atuação delegada” (CNJ, *online*).

A Resolução de nº 192/2014 “Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário” (CNJ, *online*). Traz, em seu corpo, definições (art. 2º), princípios e objetivos (arts. 3º e 4º); panorama sobre “Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário” (arts. 5º a 12); “Avaliação e Incentivo aos Servidores” (arts. 13 a 16). Saliente-se o que se encontra previsto no art. 6º:

Art. 6º A formação e o aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário serão desenvolvidos nas seguintes modalidades:

I – formação inicial;

II – formação continuada.

§ 1º A formação inicial refere-se ao desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições das unidades.

§ 2º A formação continuada refere-se ao desenvolvimento das competências necessárias ao longo da vida funcional do servidor e compreende:

I – ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental;

II – formação de multiplicadores; e

III – programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*. (CNJ, *online*)

1.2 ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)

A Enfam é “órgão de formação de magistrados brasileiros. A ela compete regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos para ingresso, vitaliciamento e promoção na carreira” (ENFAM, *online*). Trata-se de instituição criada por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, com diretrizes que convergem com o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 159/2012 (mencionada anteriormente). Destaque para a Resolução nº 2, de 08 de junho de 2016, que “dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a

formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores” (ENFAM, *online*). A normativa em questão faz alusão ao artigo 105, parágrafo único, I (localização e funcionamento da Enfam)⁶; e ao artigo 93, II, “c” (aproveitamento por frequência e conteúdo em cursos para promoções na carreira da magistratura)⁷; ambos da Constituição Federal, de 1988. Trata-se de uma Resolução extensa, composta por setenta e um artigos e três anexos [I – conteúdo programático mínimo para o curso de ingresso na carreira da magistratura; II – conteúdo programático mínimo para o curso de formação inicial; III - conteúdo programático mínimo para cursos oficiais de aperfeiçoamento para magistrado(a)s vitaliciando(a)s e vitaliciado(a)s]. Destaque para o conteúdo do artigo 4º da da Resolução nº 2, de 2016 :

Art. 4º A formação e o aperfeiçoamento dos magistrados devem ocorrer por meio dos seguintes programas:

- I – Formação Inicial;
- II – Formação Continuada;
- III – Formação de Formadores.

Faz-se, aqui, a mesma observação realizada para com o artigo 6º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 192, de 2014, no que tange à formação continuada da Esmat que será tratada, de maneira pormenorizada, em subseção posterior.

Percebe-se, portanto, que ambas as instituições (CNJ e ENFAM) trazem diretrizes nacionais para a formação de magistrado(a)s e servidore(a)s do Poder Judiciário, de uma forma geral. Destaca-se, todavia, a responsabilidade e competência de cada Poder Judiciário estadual, em relação à formação e capacitação de seu pessoal. Apresentar-se-á na subseção subsequente, por meio de

⁶ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

⁷ Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

(...)

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

abordagem quantiquantitativa, dados referentes à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em período compreendido entre janeiro de 2016 a dezembro de 2019. Tais dados condizem com questões educacionais para com magistrado(a)s e servidore(a)s, tendo por finalidade aperfeiçoamento na prestação jurisdicional.

1.3 A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE (ESMAT): DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM PROL DA CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADO(A)S E SERVIDORE(A)S COM VISTAS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À JUSTIÇA

Constata-se, portanto, que a Esmat proporciona, a magistrado(a)s e servidore(a)s, condições para formação, capacitação e aperfeiçoamento, convergindo para o cumprimento das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da própria Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, apresentadas anteriormente. Em suas atividades procura contribuir com a melhoria da prestação jurisdicional e com o acesso à justiça, por parte do Poder Judiciário Tocantinense. Possui como Missão “formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional” (ESMAT, *online*). Traz, como valores a: “ética, moral, cultura, respeito, urbanidade, dedicação ao estudo e ao trabalho, responsabilidade” (ESMAT, *online*).

Destacam-se, aqui, os seguintes valores: ética, respeito, urbanidade, responsabilidade, pois eles vão ao encontro do solicitado por Jonas (2006), em seu princípio da responsabilidade ética.

“a regra geral aqui presente, é: o que é bom agora para o homem, como Ser pessoal e público, também o será no futuro; por isso, a melhor preparação para o futuro se encontra no bem da situação atual, cujas propriedades internas prometem perpetuar-se” (JONAS, 2006, p. 210).

O Princípio da Responsabilidade Ética defende que todas as pessoas são responsáveis por suas condutas para com o(a)s outro(a)s, não somente no momento presente, pois aponta ainda a ética tradicional também para o futuro. Deste modo, todas as ações encontram-se imbricadas (JONAS, 2006).

Logo, a Esmat auxilia o Tribunal de Justiça do Tocantins em relação à sua responsabilidade para com o devido acesso à justiça do(a)s jurisdicionado(a)s, por meio dos processos de formação de magistrado(a)s e servidore(a)s. Tal situação

é possível por meio da educação judicial promovida pela referida Escola. Contribuindo para o que preconiza Armytage (*online*, p. 3), “o objetivo da educação judicial é melhorar a qualidade da Justiça, desenvolvendo a competência profissional dos juízes”.

A presente pesquisa apresenta dados referentes à formação de magistrado(a)s e servidore(a)s. Para tanto, convencionou-se apresentar informações relativas à oferta de cursos no período compreendido entre janeiro de 2016 a junho de 2019. Encontram-se, abaixo, cursos de capacitação e aperfeiçoamento ofertados pela Esmat, no biênio 2016-2017:

Tabela 2 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2016

	Servidore(a)s		Magistrado(a)s		Servidore(a)s e Magistrado(a)s	
	Curso	Nº de Servidore(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Magistrado(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Servidore(a)s e Magistrado(a)s Matriculado(a)s
2 0 1 6	Excelência no Atendimento ao Público	31	Atualização em Direito de Família	70	Formação de facilitadores restaurativos	43
	Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Prática Judiciária	102	Aspectos Históricos e Atuais do Direito Agrário	43	Colóquio de Acesso à Justiça e Tutela de Direitos	69
			Gestão de Equipes, Liderança e Relações Humanas.	30	O Dever de Fundamentação no Novo CPC	21
					Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Teoria da Decisão Judicial	46
					Formação de Formadores	32
					Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> – Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT) – Turma IV	25
	Total de Inscrito(a)s: 133		Total de Inscrito(a)s: 143		Total de Inscrito(a)s: 236	
	Total: 512					

Fonte: sítio eletrônico, ESMAT: esmat.tjto.jus.br.

Tabela 3 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2017

	Servidore(a)s		Magistrado(a)s		Servidore(a)s e Magistrado(a)s	
	Curso	Nº de Servidore(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Magistrado(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Servidore(a)s e Magistrado(a)s Matriculado(a)s
2017	Gestão da educação corporativa	26			Questões Controversas na Lei Maria da Penha	258
	Método de análise e solução de problemas (MASP)	35			Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio	144
	Técnica Legislativa	29			Formação de Facilitadores Restaurativos (Turmas I e II)	31
	Atendimento ao Público no Serviço Público	251			Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> – Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT) – Turma V	25
	Educação Corporativa voltada às Competências Estratégicas do Poder Judiciário	25				
	Total de Inscrito(a)s: 366		Total de Inscrito(a)s: 0		Total de Inscrito(a)s: 458	
	Total: 824					

Fonte: sítio eletrônico, ESMAT: esmat.tjto.jus.br.

Constata-se, por meio do quantitativo expresso na tabela (2 e 3), que a Esmat auxiliou o Poder Judiciário Tocantinense, no biênio 2016-2017, na formação, capacitação e aperfeiçoamento de magistrado(s) e servidore(a)s, em um total de 1.336 pessoas. Frise-se que tais pessoas estão em constante contato com o(a) jurisdicionado(a), seja por meio de atividades-meio e/ou atividades-fim.

Verificou-se que alguns cursos trataram diretamente do contato do Judiciário para com as pessoas, como “Excelência no Atendimento ao Público”, “Colóquio de Acesso à Justiça e Tutela de Direitos”, os dois ocorridos em 2016; e “Atendimento ao Público no Serviço Público”, ocorrido em 2017.

Em relação aos anos de 2018 e 2019, destacam-se os seguintes cursos ofertados:

Tabela 4 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2018

	Servidore(a)s		Magistrado(a)s		Servidore(a)s e Magistrado(a)s	
	Curso	Nº de Servidore(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Magistrado(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Servidore(a)s e Magistrado(a)s Matriculado(a)s
2018	Gestão de Pessoas	39	Gestão Judiciária	27	Fundamentos das Decisões Judiciais	50
			<i>Workshop</i> Constelação Familiar	36	Didática do Ensino à Distância, Tutoria e Elaboração de Conteúdos	4
					Novo Código de Processo Civil Sintetizado e Resumido Ponto a Ponto	248
					Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> – Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT) – Turma VI	25
	Total de Inscrito(a)s: 39		Total de Inscrito(a)s: 63		Total de Inscrito(a)s: 327	
	Total: 429					

Fonte: sítio eletrônico, ESMAT: esmat.tjto.jus.br.

Tabela 5 – Cursos de formação, capacitação e de aperfeiçoamento – ESMAT – 2019

	Servidore(a)s		Magistrado(a)s		Servidore(a)s e Magistrado(a)s	
	Curso	Nº de Servidore(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Magistrado(a)s Matriculado(a)s	Curso	Nº de Servidore(a)s e Magistrado(a)s Matriculado(a)s
2 0 1 9	Técnica Legislativa – Turma II	24			Educação Digital para Servidores	17
	Básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Módulo I	41			Formação de Expositores da Oficina de Parentalidade e Divórcio	40
	Gestão de Pessoas e Lideranças	47			Gestão para Resultados	29
	Noções Introdutórias sobre o Depoimento Especial e Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça	11			Movimentação Processual no Sistema e-Proc – Turma II	79
	Teoria Geral Do Direito das Relações Privadas	7			Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	33
	Workshop “Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: como andar juntas?” – Turma I, II, III e IV	99			Técnica de Coleta de Prova Oral	36
	Workshop “Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: Como Conciliar esses propósitos?” – Turma I, II, III e IV	85			Pós-graduação <i>Stricto sensu</i> – Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (em parceria com a Universidade Federal do Tocantins – UFT) – Turma VII e VIII	50
Total de Inscrito(a)s: 314		Total de Inscrito(a)s: 00		Total de Inscrito(a)s: 284		
Total: 598						

Fonte: sítio eletrônico, ESMAT: esmat.tjto.jus.br.

Verifica-se, também, direcionamento dos cursos ofertados com foco no acesso à justiça, seja de forma mais direta (como, por exemplo, os cursos de Gestão de Pessoas e Gestão Judiciária, e Fundamentos das Decisões Judiciais), ou não tão latente (“Didática do Ensino à Distância, Tutoria e Elaboração de Conteúdos” e “Novo Código de Processo Civil Sintetizado e Resumido Ponto a Ponto”), mas com eficácia nhoque se refere ao acesso à Justiça.

Um outro ponto importante é a preocupação com a saúde dos Servidores. A Esmat desenvolve ações nesse sentido por meio da oferta de atividades com foco na melhoria dos relacionamentos institucionais e qualidade de vida, com destaque o Workshop “Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: como andar juntas?” (Turmas I, II, III e IV); Workshop “Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: como conciliar esses propósitos?” (Turmas I, II, III e IV).

Saliente-se, por fim, a Pós-Graduação *Stricto Sensu* Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), ofertada em conjunto com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Trata-se de Mestrado Profissional que tem por objetivo “qualificar, ainda mais, os profissionais que atuam na prestação jurisdicional e exercem suas atividades no estado do Tocantins” (UFT, *online*). O referido Programa começou suas atividades no início de 2013 e já se encontra em sua VIII Turma, trata-se de Mestrado Profissional Interdisciplinar com duas linhas de pesquisa, a saber: “Efetividade das Decisões Judiciais e Direitos Humanos” (linha 1) e “Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos” (UFT, *online*).

Nesse sentido, é importante destacar que vive-se a era do conhecimento. Para Silva (2003), a educação online é demanda da sociedade da informação, isto é, do novo contexto socioeconômico-tecnológico engendrado a partir da década de 80, momento em que se deixa a centralidade na produção fabril e direciona-se o foco para a informação digitalizada.

A propagação do uso das tecnologias da informação e comunicação, como instrumento de transmissão do conhecimento, é fato facilmente constatado, nesse momento de grandes transformações sociais e educacionais. A internet, seus desdobramentos e todas as formas virtuais de informação são hoje, sem dúvida, os recursos tecnológicos mais utilizados para estabelecer a comunicação.

As tecnologias da comunicação e informação constituem uma expressão cujo entendimento e problematização só têm lugar no contexto de uma sociedade que, no século XX, já recebeu várias adjetivações: sociedade do conhecimento, sociedade da informação, sociedade pós-industrial, sociedade pós-capitalista e outras tantas que abarcam explicações, sob ângulos diferenciados, para as transformações que ocorreram nesse período. Tais mudanças têm sua raiz no século XIX e estão estreitamente ligadas ao avanço tecnológico, deixando marcas em diferentes instâncias do fazer humano. Briggs e Burke nos mostram que nesses dois séculos, ocorreram mais mudanças do que continuidade nos campos da educação e do entretenimento, e que a maior partes delas pode ser entendida a partir de uma análise de fatores econômicos, sociais e de uma abordagem da tecnologia “como uma atividade social, envolvendo pessoas, produtos e patentes. A tecnologia requiere e produz mudanças sociais e organizacionais” (BRIGGS; BURKE *apud* GOUVEA; OLIVEIRA, 2016, p. 12-13).

A formação e atualização dos magistrados tem sido preocupação permanente dos tribunais de justiça do Brasil, por meio de suas escolas judiciais, pois a realização do concurso público para ingresso na magistratura, no qual são adotados critérios rígidos de seleção, é apenas o primeiro momento da carreira, na qual a formação inicial e o aperfeiçoamento diuturno é missão árdua que se estende por todo o período de atividade do juiz.

Quanto aos servidores, a formação universitária não é suficiente para especializar e profissionalizar, notadamente os que trabalham com as questões relacionadas à liberdade, vida, patrimônio e a outros direitos fundamentais do homem, inerentes à sua dignidade e que, muitas vezes, estão em colisão com direitos fundamentais individuais ou coletivos e, antagonicamente, com os interesses do próprio Estado.

A educação será cada vez mais complexa, porque a sociedade vai tornando-se em todos os campos mais complexa, exigente e necessitada de aprendizagem contínua. A educação acontecerá cada vez mais ao logo da vida, de forma seguida, mais inclusiva, em todos os níveis e modalidades e em todas as atividades profissionais e sociais. (MORAN, 2005, p. 3).

Para alcançar todos os servidores e magistrados indistintamente, em 2010, o Tribunal de Justiça implantou a Rede Tecnológica de Ensino a Distância do Poder Judiciário como estratégia de aperfeiçoamento contínuo, possibilitando acesso a todos, independentemente de onde se encontravam no imenso território do estado do Tocantins.

As modalidades de cursos serão extremamente variadas, maleáveis e “customizadas”, isto é, adaptadas ao perfil e momento de cada aluno. Não se falará (...) em cursos presenciais e cursos a distância. Os cursos serão extremamente flexíveis no tempo, no espaço, na metodologia, na gestão de tecnologias, na avaliação. Também não se falará de *e-learning*, mas de *learning* simplesmente, de aprendizagem (MORAN, 2005, p. 3).

Percebe-se a importância da Esmat para a formação não somente de magistrado(a)s e servidore(a)s, mas também de uma quantidade relevante de profissionais do Sistema de Justiça do Estado do Tocantins.

Tabela 6 – Números de Pessoal Capacitado pela Esmat desde o ano de 2014

Ano	Magistrados	Servidores	Público geral
2019	98	1052	2484
2018	110	1246	1953
2017	79	982	2527
2016	107	881	2819
2015	85	1195	2564
2014	84	808	2166

Fonte: Relatório de Gestão – Esmat *online*

As novas características de uma prática docente inovadora orientam para a concepção de um ambiente educativo que possa promover a interação e a conectividade entre as pessoas, inter cruzando pontos de vistas diversos e no qual haja conflitos e ambiguidades, pois é na incerteza e na desordem que se constroem novos saberes.

Gráfico 1 – Número de Pessoal Capacitado no período de 2014 a 2019



Fonte: Relatório Gestão Esmat – 2014 a 2019

Sabe-se que a fonte do aprendizado crítico e inovador redefine velhos conceitos em novas descobertas, plurais e complexas, à luz da criatividade e da transformação transdisciplinar. Diante disso, pode-se afirmar que é imprescindível que os professores da Esmat recebam formação específica para a EaD e que incluam, em seus programas de ensino, formas corretas de utilização desses instrumentos para a melhoria do ensino corporativo institucional.

Seção 2 – O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUAS POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

A centralidade e a importância que os meios de comunicação assumiram nas últimas décadas na sociedade com o desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), seja por meio do computador, da criação da internet ou das ferramentas virtuais de ensino, provocaram uma profunda modificação nas condutas, atitudes e costumes possibilitando à humanidade estar sempre conectada, através dos meios tecnológicos.

A possibilidade de acesso generalizado às tecnologias eletrônicas de comunicação e de informação trouxe novas maneiras de viver, de trabalhar e de se organizar socialmente. Um pequeno exemplo dessa nova realidade é visto pela maneira comum como as pessoas conseguem, por meio de telefones celulares ou correio eletrônico (*e-mail*), comunicar-se mais em locais bem distantes. Da mesma forma como conversam com amigos e parentes, as pessoas acessam e recebem notícias atualizadas, ou buscam informações específicas, por meio dos seus equipamentos digitais. Essas novas possibilidades tecnológicas não alteram apenas nossa vida cotidiana. De maneira generalizada, elas alteram todas as nossas ações, as condições de pensar e de representar a realidade e, especificamente, no caso particular da educação, a maneira de trabalhar em atividades ligadas à educação escolar (KENSKI, 2004, p.29).

Sabe-se que as tecnologias digitais passaram por inúmeras mudanças em seu avanço e desenvolvimento até chegar ao momento atual. A sociedade encontra-se mergulhada em um mundo digital e, mesmo sem abandonar o mundo físico, as pessoas passaram a viver, também, em um mundo digital. Esse mundo tem incorporado cada vez mais elementos da tecnologia digital que aos poucos transformam o modo como são realizadas as tarefas e ocorre a comunicação.

O modo natural como são incorporadas essas tecnologias digitais não permite refletir sobre como são impostas novas habilidades que precisam ser adquiridas. É importante ressaltar que essas mudanças tecnológicas são resultantes do processo evolutivo dos meios de comunicação de massa. Esses meios fazem parte da tentativa do homem de aumentar as suas possibilidades de locomoção e comunicação, e podem ser consideradas como um marco significativo.

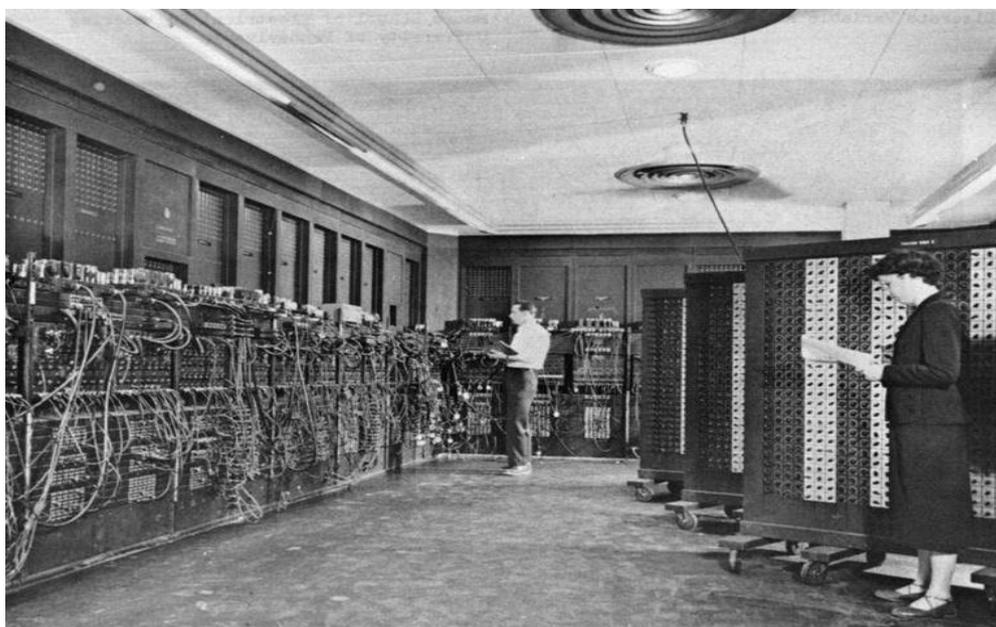
Com a invenção do telégrafo e do telefone inicia-se, durante o século XIX, uma profunda transformação nos mecanismos e nas possibilidades de comunicação entre as pessoas. O telégrafo foi inventado pelo americano Samuel Finley Breese Morse (1791-1872)

juntamente com a criação de um código especial para possibilitar a transmissão das mensagens: o código Morse. As pesquisas para a produção de equipamentos que permitissem a transmissão de informações via cabo fizeram com que, em 1855, o americano de origem inglesa David E. Hughes (1831-1900) patenteasse a uma máquina que imprimia textos transmitidos via linha telegráfica. Em 1876, o fisiólogo americano de origem inglesa Alexander Graham Bell (1847-1922) patenteava em Boston um aparelho que possibilitava transmitir e receber voz, viabilizando assim o falar e o ouvir simultaneamente. Era o primeiro telefone da história e, dois anos depois, entrava em funcionamento ininterrupto a primeira central telefônica do mundo, possuindo apenas 21 utilizadores, em New Haven/Conecticut (PRETTO, 2001, p.60-61).

Diante dos inúmeros recursos tecnológicos, destaca-se o computador. A partir das ideias do Inglês Talis Babaj, em meados do século XIX, o qual propôs uma máquina que pudesse ser programada por seres humanos, em decorrência das deficiências dos cálculos das tabelas de marés.

Como forma de demonstração da evolução do computador, far-se-á o uso de uma longa citação em função da necessidade de justificar que a cultura do computador é resultante de uma trajetória datada.

Figura 14 – ENIAC, o primeiro computador do mundo, também conhecido como Electronic Numerical Integrator And Computer, Eniac foi mostrado ao mundo em 14 de fevereiro de 1946.



Fonte: <https://tecnoblog.net/56910/eniac-primeiro-computador-do-mundo-completa-65-anos/>

O ENIAC era composto por nada menos do que 17,468 válvulas, ocupando um galpão imenso. Porém, apesar do tamanho, o poder de

processamento do ENIAC é ridículo para os padrões atuais, suficiente para processar apenas 5.000 adições, 357 multiplicações e 38 divisões por segundo, bem menos até do que uma calculadora de bolso atual, das mais simples. Até mudarem o mundo como o conhecemos, o primeiro microchip, o 4004, foi lançado pela Intel em 71. [...]

O Altair era baseado no 8080 da Intel e vinha com apenas 256 bytes de memória, realmente bem pouco. Estava disponível também uma placa de expansão para 4 KB. No modelo básico, o Altair custava apenas 439 dólares na forma de Kit, isso em 1975, em valores de hoje isso equivale a quase 4.000 dólares, parece bastante, mas na época esse valor foi considerado uma pechincha, tanto que foram vendidas 4.000 unidades em 3 meses, depois de uma matéria da revista Popular Eletronics. Esse “modelo básico” consistia nas placas, luzes, chips, gabinete, chaves e a fonte de alimentação, junto claro com um manual que ensinava como montar o aparelho. Existia a opção de compra-lo já montado, mas custava 182 dólares a mais. Pouco tempo depois, começaram a surgir vários acessórios para o Altair: um teclado que substituía o conjunto de chaves que serviam para programar o aparelho, um terminal de vídeo (bem melhor que ver os resultados na forma de luzes, um drive de disquetes (naquela época ainda se usavam disquetes de 8 polegadas), placas de expansão de memória e até uma impressora, para quem tivesse muito dinheiro, claro. Até mesmo Bill Gates ajudou, desenvolvendo uma versão do Basic para o Altair.⁸

O primeiro Computador Pessoal, o PC, foi lançado pela IBM em 1984. Neste mesmo ano, já existia também a primeira versão do Windows, que era uma opção para os usuários do PC interessados em rodar uma interface gráfica. O advento da internet se dá a partir de 1983 e é a consolidação de uma dentre as diferentes formas de redes até então em vigor, através da aplicação de um determinado protocolo (TCP/IP), configurando assim um padrão "mundial" de comunicação.

Com o advento da internet⁹, houve uma mudança nos conceitos de comunicação, tanto na perspectiva material, em relação a instrumentos e equipamentos, quanto formalmente, em relação a interlocutores virtuais que adquirem faces diversas, conforme a “comunidade” que eles frequentam na rede.

O desenvolvimento da web e dos mecanismos que permitem a convivência no espaço da internet (...) as tecnologias de inteligência e as tecnologias de comunicação e informação formam um complexo que permitem a produção, o acesso, a circulação e a veiculação das

⁸ <https://www.hardware.com.br/guias/historia-informatica/eniac.html>. Pesquisa realizada em: 26 de agosto de 2020.

⁹ “A Internet entrou em nossas vidas em 1994 e tornou-se o ambiente de relacionamento virtual que hoje se usa continuamente. Naquele ano os recursos da rede mundial, até então exclusivos do meio acadêmico e de algumas poucas comunidades, foram colocados à disposição do público brasileiro em geral. (...)” – Disponível em: <http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf> Acesso em: 30 ago. 2020.

informações e todas as demais formas de comunicação em e com diferentes partes do mundo (GOUVEA. OLIVEIRA, 2006, p.23).

A partir do avanço do desenvolvimento da ciência da miniaturização, os equipamentos e os instrumentos estão se tornando cada vez menores, mais interligados e mais inteligentes, facilitando a vida cotidiana pautada por fluxos e flexibilidade. Para Kenski (2003), “o avanço tecnológico ampliou ainda mais as possibilidades interativas nas redes” (p.126). Engana-se quem pensa ser o computador o único responsável por esse avanço, pois a sociedade tem assimilado e introduzido no seu cotidiano todas as formas tecnológicas existentes, sendo a de destaque, o meio de massa eletrônico, conhecido como televisão, que perdura como principal forma de entretenimento e informação há décadas. Todavia, o computador é, com certeza, a principal ferramenta tecnológica para o desenvolvimento da interatividade que também está presente nos jogos eletrônicos, na produção e na circulação de vídeos, na utilização dos diversos aparelhos tecnológicos, entre outros.

A tecnologia está em todo lugar e faz parte da vida das pessoas desde os primeiros indícios de vida humana. As atividades cotidianas mais comuns são possíveis graças às tecnologias a que se tem acesso.

Segundo Simondon, citado por Kenski (2004),

[...] o homem iniciou seu processo de humanização, ou seja, a diferenciação de seus comportamentos em relação aos dos demais animais, a partir do momento em que utilizou os recursos existentes na natureza em benefício próprio [...] (SIMONDON apud KENSKI, 2004, p. 20).

Considerando a capacidade das novas tecnologias de transmitir, processar e armazenar informações e as suas potencialidades comunicativas, observa-se o surgimento, também, de várias formas de interação e comunicação. Esse fenômeno propicia a percepção de que, com o constante aperfeiçoamento das novas tecnologias de informação e comunicação, nova dinâmica social é exigida em todos os níveis na sociedade moderna.

As tecnologias digitais têm forjado novas identidades uma vez que possibilitam a navegação por informações diversas, através da participação em diversos grupos e plataformas de interação e mediação, além de permitir a existência de uma relação social e afetiva vivenciada por meio de diversos recursos e equipamentos tecnológicos. Permitem, ainda, o contato com diversas áreas do

conhecimento dependendo do interesse do usuário, inclusive aos conhecimentos científicos produzidos na área da educação.

Quando se fala em acesso ao mundo digital, o que vem à mente de todos são os computadores pessoais, ou seja, computadores de propósito geral, programados para que o equipamento possa realizar diferentes tipos de tarefas; desktops; ou formatos mais compactos (notebook, netbook, tablets e os celulares smartphones), que apesar das diferenças de tamanho, apresentam diversas similaridades entre os equipamentos, como a necessidade de energia elétrica, processadores (muitos com diferentes velocidades, o que permite o desenvolvimento das ações de forma diferente em cada equipamento), memória interna (responsável pelo armazenamento dos dados nos equipamentos), hardwares externos (HD Externo, Pen Drive, SSDs, etc), além de softwares específicos que a partir das conexões com a internet permitem a utilização dos equipamentos de forma síncrona ou assíncrona.

Com o veloz e constante aperfeiçoamento das novas tecnologias de informação e comunicação são requeridas novas habilidades e competências do usuário que lida cotidianamente com elas, pois o contato constante com esses equipamentos digitais não permite ignorá-los ou não utilizá-los.

Apesar disso, o uso dos equipamentos demanda aquisição de habilidades que são diferentes daquelas que são tradicionalmente trabalhadas nas escolas, pois na escola aprende-se a ler e a escrever. Todavia, a significativa transformação introduzida pela tecnologia digital inclui as transformações na forma como se dá a comunicação oralmente e na modalidade escrita.

Para se utilizar eficientemente os computadores, não basta saber ler e escrever, ou ter habilidades na área da matemática, é preciso adquirir o domínio de uma nova forma de linguagem, qual seja, a linguagem do meio digital. Quem não a dominar será excluído de uma série de práticas do mundo atual.

Chegou-se a uma fase de crescimento do desenvolvimento da educação pela internet, na qual os cursos são variados pedagogicamente e com mais recursos tecnológicos. É importante identificar as ferramentas que realmente podem ser utilizadas como instrumentos educacionais e avaliar a aplicação delas de modo a promover a aprendizagem significativa.

As tecnologias digitais de comunicação e de informação, sobretudo o computador e o acesso à internet, começam a participar das atividades de ensino realizadas nas escolas brasileiras de todos os níveis. Em algumas, elas vêm pela conscientização da importância educativa que esse novo meio possibilita. Em outras, são adotadas pela pressão externa da sociedade, dos pais e da comunidade. Na maioria das instituições, no entanto, elas são impostas, como estratégia comercial e política, sem a adequada reestruturação administrativa, sem reflexão e sem a devida preparação do quadro de profissionais que ali atuam (KENSKI, 2004, p.70).

Em decorrência de tantas oportunidades de escolha, com inúmeras possibilidades de combinações de soluções pedagógicas adaptadas a cada tipo de aluno, às peculiaridades da organização e às necessidades de cada momento, exige-se a busca de novas técnicas ou métodos que auxiliem no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. O uso adequado da tecnologia no ambiente educacional requer cuidado e atenção por parte do professor que deverá ser capaz de avaliar o que vai ser utilizado e reconhecer o que pode ou não ser útil para facilitar a aprendizagem de seus alunos tornando-os críticos, cooperativos e criativos.

Sabe-se que as transformações culturais, em especial da cultura de massa, trouxeram mudanças significativas para a formação dos alunos. A partir do anos de 1980, o impacto destas transformações assumiram maior ênfase no contexto da sociedade moderna.

Com o surgimento de novas formas de consumo cultural propiciadas pelas tecnologias do disponível e do descartável: as fotocopiadoras, videocassetes, videoclips, videogames, o controle remoto, seguido pela indústria dos CD's e a TV a cabo, ou seja, tecnologias para demandas simbólicas heterogêneas, fugazes e mais personalizadas. Junto a isso, foi aumentando, de modo muito evidente, a tendência para os trânsitos e hibridismo dos meios de comunicação entre si, criando redes de complementaridades a que, em 1982, chamei de cultura das mídias (SANTAELLA, 2004, p.52).

Aqui, diante da evolução tecnológica a qual se está integralmente envolvidos, usa-se o termo cultura das mídias, que segundo Santaella (2004), pode ser empregado para se referir a todos os meios de comunicação de massa, seja, os impressos, os visuais, os audiovisuais, os publicitários, assim como, para se referir aos aparelhos dispositivos e programas auxiliares de comunicação.

De fato, a cultura midiática propicia a circulação mais fluída e as articulações mais complexas dos níveis, gêneros e formas de cultura,

produzindo o cruzamento de suas identidades. Inseparável do crescimento acelerado das tecnologias comunicacionais, a cultura midiática é responsável pela ampliação dos mercados culturais e pela expansão e criação de novos hábitos no consumo de cultura. Inseparável também da transnacionalização da cultura e aliada à nova ordem econômica e social das sociedades pós-industriais globalizadas, a dinâmica cultural midiática é peça chave para se compreender os deslocamentos e contradições, os desenhos móveis da heterogeneidade pluritemporal e espacial que caracteriza as culturas pós-modernas (SANTAELLA, 2004, p.59).

É fato que a sociedade tem avançado em vários aspectos, e mais do que nunca é imprescindível que a escola acompanhe essas evoluções, que ela esteja conectada a essas transformações, falando a mesma língua e favorecendo o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, redirecionando a educação formal tradicional para que cumpra o papel social da formação escolar neste espaço de aprendizagem. O “ensino” poderá ser oferecido de outra forma que não seja exclusivamente aquele convencionalmente organizado e planejado, com conteúdos lineares e racionalizados.

Com as tecnologias da educação, os meios de ensino-aprendizado deslocam as fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, arte e ciências e possibilitam o exercício de um tempo virtual que libera o aqui e agora, inaugurando novos espaços e velocidades. O ensino *online*¹⁰ ou *e-learning* ganhou espaço e mostrou-se como um poderoso aliado ao acesso à informação e à construção de conhecimento tanto nos contextos formais quanto em contextos informais.

[...] os cursos EAD eram voltados para aperfeiçoamento profissional ou ofereciam conteúdo complementar da formação universitária. Com o passar do tempo, foi se tornando possível fazer até uma graduação completa a distância.

Um ponto interessante é que o EAD sempre acompanha a evolução das tecnologias de comunicação. Se uma sala de aula presencial hoje é muito semelhante à de 200 anos atrás, não se pode dizer o mesmo do EAD. Veja como o formato tem evoluído:

- Até os anos 1910: cursos por correspondência baseados em materiais impressos.
- A partir da década de 1910: uso de slides e audiovisuais como materiais adicionais.
- Décadas de 1910 até 1940: neste período, que compreendeu as duas grandes guerras mundiais, o rádio foi utilizado para

¹⁰ Termo adotado em referência às tecnologias digitais utilizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) das atividades desenvolvidas por meio da educação a distância (EAD) na Esmat.

- transmitir conteúdos.
- Década de 1950: com a invenção da TV, começaram também as primeiras experiências de telecursos.
 - Década de 1970: as tecnologias deste período são as TVs via satélite e a cabo, que também foram usadas para transmissão de conteúdos.
 - Década de 1990: início dos cursos por computador (via CD-ROM) e depois pela internet.¹¹

Com o veloz e constante aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação, TV interativa, internet multimídia (fibra ótica), celulares de altíssima geração e outros, mesmo que eles ainda não estejam totalmente desenvolvidos, integrados e prontos, são requeridas novas habilidades e competências do cidadão, do usuário e principalmente dos docentes¹² quanto ao desenvolvimento de soluções adaptadas para a educação *online*. No que se refere aos docentes, esses profissionais encontram-se cada vez mais cobrados e estimulados à participação de formação continuada e direcionada à sua prática profissional considerando a educação *online*. Essa modalidade de educação deverá ser desenvolvida a partir dos princípios pedagógicos do construtivismo promovendo o protagonismo do estudante que deverá ser mais ativo em busca do aprendizado e na interação com o conteúdo. Essa dinâmica exige do professor um *design* mais interativo na propositura do ensino.

Por ser uma atividade complexa e multideterminada, dependente de fatores institucionais, culturais e individuais, é sempre difícil discorrer sobre a docência, e, mais difícil ainda, sobre a docência virtual. Há fatores institucionais [...] que oferecem ao mesmo tempo limitações e possibilidades para o entendimento da atividade pedagógica. Sendo uma atividade essencialmente humana, a docência está (também e sempre) sujeita às características culturais no contexto em que se desenvolve. [...] constituído por uma multiplicidade de fatores, o que dificulta a definição e a caracterização da prática docente virtual [...] (MILL, 2012, p.57).

Tendo em vista a enorme capacidade de transmitir, processar e armazenar informações e as potencialidades comunicativas das tecnologias digitais, a demanda sobre a educação tem sido tencionada no sentido de superar práticas educativas ultrapassadas, baseadas no modelo de produção industrial, inaugurando

¹¹ Fonte: <https://www.ead.com.br/como-surgiu-ensino-a-distancia> - acesso em 29 ago 2020.

¹² Aquele que exerce a atividade de ensinar, responsável pela decisão pedagógica no ensino-aprendizagem.

modelos pedagógicos voltados ao engajamento participativo em uma sociedade de mutação.

A tecnologia muda os meios de comunicação de massa, e paralelamente, os meios de ensino, não somente dentro da sala de aula. Pensar a tecnologia educacional nesses termos é admitir que educação escolar é a forma mais privilegiada de promover formação e que só resta torná-la significativa.

[...] um relação que toma uma importância e um contorno diferenciado em uma modalidade cuja característica principal é a distância entre professores. Muito tem se discutido acerca da superação dos obstáculos que derivam da separação no tempo e no espaço entre eles, assim como entre os demais atores que intervêm no processo como os diferentes tipos de tutores. Tem-se, na verdade, três instâncias fundamentais a qualquer processo de aprendizagem: o aluno, o professor e a interação. As tecnologias de informação e comunicação têm sido muito utilizadas na melhoria da relação entre tais instâncias em EaD (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2006, p.95).

O conhecimento já não pode mais ser considerado como fragmentado, estático, passível de ser sempre controlado por regras imutáveis e predeterminadas, mas deve ser (re)pensando como um processo em construção. Diante da imensa e incessante evolução técnico-científica, os conhecimentos e a forma como são tratados deve mudar.

O constante crescimento e desenvolvimento de Tecnologias da Comunicação e da Informação – TIC e das mídias, que suportam inúmeras linguagens, bem como o uso nas diferentes esferas da atividade humana notadamente trouxeram novas formas de leitura e escrita. Os sujeitos relacionam-se e interagem socialmente por meio dos processos de comunicação e de interação mediados, e assim agregam a esse processo os elementos da cultura oral, da cultura impressa e da cultura digital.

As tecnologias exercem função importante na vida das pessoas e possibilitam, aos seus usuários, o desenvolvimento de habilidades necessárias à Educação.

Um ponto que merece destaque concentra-se na dimensão geográfica do Tocantins que impõe a utilização de ferramentas que eliminem barreiras de tempo e espaço e que conectem todos os servidores e magistrados com o mundo, inclusive com os melhores professores, oportunizando novas metodologias para produzir e transmitir conhecimento na busca de uma justiça mais ágil e de

excelência. Daí resulta a importância da educação a distância, sendo esta uma das alternativas encontradas por governos e sociedades em geral para ofertar a formação às pessoas que não teriam acesso por meio dos cursos presenciais.

Segundo MORAN (2002), educação a distância é o processo de ensino aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Para MOORE (2007), a educação a distância é definida como consistindo de todos os recursos para proporcionar a instrução através da mídia escrita e falada para as pessoas comprometidas com a aprendizagem planejada, em lugar ou hora diferente daqueles do instrutor ou instrutores.

Vive-se em um mundo de grande complexidade, em que muitas tecnologias estão sendo incorporadas ao fazer diário de servidores e magistrados. As novas tecnologias, especialmente aquelas ligadas à comunicação e à informação, ajudam a construir um novo processo transformador da realidade, propiciando formas inovadoras de organização social. Dia a dia, a avalanche de informações e novas tecnologias impõem a busca de ferramentas eficazes para atualizar, multiplicar e socializar o conhecimento e, principalmente, para sua gestão. Para tanto, a modalidade a distância é eficaz nesse processo e a rede tecnológica e de formação e aperfeiçoamento implantada pela Esmat é ferramenta fundamental para democratização do conhecimento e para permitir o acesso irrestrito a todos os servidores e magistrados do estado do Tocantins.

A tecnologia possibilita o acesso à informação e à formação, porém,

Não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço (LEVY, 1999, p. 238).

A educação a distância ainda enfrenta muito preconceito e muitas barreiras. Para disseminar essa metodologia para o maior número de pessoas possível faz-se necessário facilitar o acesso à informação, à tecnologia e ao conhecimento. Um modelo acessível usa tecnologias livres, recursos educacionais abertos e procedimentos desburocratizados. Na Esmat, além do Sistema de Transmissão Via Satélite e *Web*, utiliza-se um Ambiente Virtual de Aprendizagem de código livre, o Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*).

Cabe lembrar que uma sociedade educacional que dispõe de recursos tecnológicos diversos deixa evidências da necessária aplicação pelos professores de atividades que promovam transformações em uma sociedade, ou seja, um professor que conforme destaca Moraes (2008),

[...] além de ser um professor humanamente sábio, precisa-se ser também de um sujeito tecnologicamente fluente e capacitado na utilização crítica e competente das tecnologias digitais; um sujeito capaz de ensinar e aprender a compartilhar com seus alunos para que se possa desenvolver um novo fazer e um novo saber cada vez mais competente, atualizado, construtivo, criativo e crítico. (MORAES, 2008, p9)

2.1 O LETRAMENTO DIGITAL COMO NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

Com a presença da tecnologia, surge a necessidade de se incorporar à prática pedagógica diversos tipos de leitura a partir das ferramentas digitais, levando a outra dimensão de educação a partir do Letramento Digital. Não se trata de excluir os recursos impressos (livros, revistas, jornais), mas de potencializar as experiências de leitura a partir das tecnologias digitais.

Destaca-se que a presença maciça da tecnologia na vida das pessoas pode levar à ansiedade por uma educação mais dinâmica, rápida e adequada à realidade contemporânea, na qual a maneira de aprender exige, através do trabalho pedagógico, um novo professor para atuar nesse ambiente no qual a tecnologia serve como suporte na mediação do processo ensino-aprendizagem.

O letramento digital é compreendido como sendo:

(...) um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel (SOARES, 2002, p.151).

O computador, nesse sentido, é personagem chave do letramento digital, pois a partir do acesso dele à *internet* ampliam-se as possibilidades de acesso

à informação, possibilitando diferentes caminhos a serem percorridos pelo usuário por meio de uma leitura hipertextual¹³.

Um dos maiores desafios já enfrentados no Brasil está relacionado à infraestrutura de Informática e Redes de Internet para a Educação. No entanto, esse aparato tecnológico propiciou uma ampliação de novos meios de aprendizagem, como a Educação a Distância, permitindo promover o estudo do termo Letramento Digital especificamente voltado às questões realizadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Saito e Souza (2011), definem letramentos digitais como:

Uma rede de múltiplos letramentos, entendidos como práticas sócio discursivas do ambiente digital, mediadas pelas TICs – em suas dimensões técnicas, sociais e hipersemióticas –, ideologicamente marcadas por contextos específicos e agenciadas por sujeitos e instituições posicionados sócio-historicamente na Sociedade Informacional (SAITO; SOUZA, 2011, p. 136).

Um outro conceito de letramento digital é elaborado por Rosa (2013, p. 17) que propõe a seguinte definição:

Propomos que letramento digital signifique a condição que permite ao sujeito usufruir das tecnologias de informação e de comunicação para atender às necessidades do seu meio social e se desenvolver autonomamente na sociedade da informação. A sua operacionalização se dá por meio da conjunção de duas dimensões complementares de habilidades funcionais que um indivíduo deve possuir: habilidades técnico-operacionais em TIC e habilidades informacionais em TIC.

Enquanto que Buzato (2007b) apresenta a seguinte definição para Letramento(s) Digital(is): são “redes complexas de letramentos (práticas sociais) que se apoiam, se entrelaçam, se contestam e se modificam mútua e continuamente por meio, em virtude e/ou por influência das TIC” (p. 168).

Assim, pode-se afirmar que são as possibilidades trazidas pelas tecnologias que alteram as formas de se relacionar em nossos contextos sociais e que essas formas de acessar informações exigem novas habilidades para uso de

¹³ Um conceito associado às tecnologias da informação e que faz referência à escrita eletrônica. (Fonte: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-hipertexto/>)

diversos recursos. Essas habilidades são mobilizadoras de letramentos digitais, muito embora o universo digital ofereça diversos recursos como o áudio e o visual, que facilitam a interação e a compreensão dos textos veiculados pelas TICs.

Os “novos letramentos”, isto é, o letramento digital, “[...] são aqueles que apresentam interações produtivas entre dois elementos: novas possibilidades técnicas e nova *ethos*.” Sobre o primeiro, entenda-se a hibridização da linguagem, a multisssemiose, enfim, o hipertexto; sobre o segundo, um novo conjunto de valores para lidar com os discursos trazidos por esse tipo de letramento (LANKSHEAR; KNOBEL *apud* ROJO, 2013, p. 42).

Xavier (2005) alerta que o Letramento Digital é o mais recente desafio pedagógico para os educadores e linguistas, pois as novas gerações vivenciam a realidade da tecnologia de informação e comunicação. Assim, o ensino e a aprendizagem, no ambiente escolar, devem se ajustar a essa nova realidade, o que obrigatoriamente faz com que os profissionais da educação se envolvam cada vez mais com o ciberespaço e com o letramento digital.

Neste momento, os profissionais de educação e linguagem precisam desenvolver estratégias pedagógicas eficazes em seus mais variados espaços educacionais (salas de aula e laboratório de informática, por exemplo) para enfrentar os desafios que estão colocados: alfabetizar, letrar e letrar digitalmente o maior número de sujeitos, preparando-os para atuar adequadamente no Século do Conhecimento (XAVIER, 2005, p.08).

O Letramento Digital tornou-se um requisito essencial para o exercício da plena cidadania em torno da expansão da democratização da informação e comunicação. Como sujeitos incluídos na sociedade do conhecimento, a compreensão e o uso das tecnologias digitais, redes e ferramentas de comunicação digital, de computadores é vital.

O letramento digital inclui, ainda, a capacidade de buscar, localizar, compreender, avaliar e usar a informação em meio digital, em seus vários formatos, respondendo adequadamente às demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e da escrita no meio digital, tornando-se imprescindível para uma sociedade incluída digitalmente e comprometida com a formação integral dos cidadãos.

Para MARTIN *apud* PEREIRA (2014, p. 50):

(...) vive-se hoje em dia em uma sociedade permeada por ferramentas digitais que, frequentemente, estão mediando nossas ações, nas mais diversas esferas sociais e o letramento digital é uma poderosa ferramenta para o indivíduo entender sua própria relação com o digital. Tal entendimento envolve o conhecimento do papel do universo digital no desenvolvimento pessoal, a fim, não apenas de ter domínio sobre ele, mas também, colocá-lo à disposição dos seus objetivos e aspirações.

Segundo este teórico, até se chegar ao atual estágio, as tecnologias levaram ao surgimento de vários letramentos, no âmbito do universo digital, tais como:

a) Letramento de máquina (computação), em Tecnologias da Informação ou em Tecnologias da Informação e da Comunicação.	Uma necessidade surgida a partir do final dos anos 60, a partir da percepção de que haveria um aumento contínuo em relação ao acesso aos computadores. Este tipo de letramento envolvia o desenvolvimento de um contínuo de habilidades, iniciando por saber coletar e recuperar informações, passando pelo gerenciamento, integração e avaliação de tais informações, até as habilidades relativas à autoria.
b) Letramento Tecnológico	Surgiu na década de 70, em decorrência, por um lado, da crescente consciência do enorme perigo potencial que os desenvolvimentos tecnológicos poderiam representar para o meio ambiente e para a humanidade e, por outro, pelo temor de países como EUA e Grã-Bretanha de que a ignorância dos trabalhadores desses países quanto às tecnologias em desenvolvimento poderia deixá-los em desvantagem em relação aos de países com mais consciência tecnológica. Este letramento envolvia desde a capacidade de usar os sistemas, gerenciar a tecnologia até a compreensão da tecnologia.
c) Letramento de Informação	Desenvolvido nos Estados Unidos, a partir do final dos anos 80, como uma refocalização da “instrução bibliográfica” em bibliotecas acadêmicas, com uma tendência de aprendizagem centrada no aluno. Com a percepção da Web como uma infinita fonte de informação, o movimento do letramento da informação ganhou mais relevância. Neste letramento, eram contempladas habilidades que iam desde a determinação da natureza e extensão da informação necessária, passando pelo acesso eficiente e eficaz, avaliação crítica e uso eficaz e ético de tais informações.
d) Letramento de Mídia	Também conhecido como “educação para a mídia”, esse letramento procurou consolidar vertentes dos multiletramentos relacionados à comunicação, em especial no que diz respeito à convergência de texto, som e imagem (estáticas e em movimento). Ressalta-se que este letramento envolvia textos multimidiáticos tanto impressos quanto em ambientes digitais.
e) Letramento Visual	Surge da consciência em relação aos avanços nas comunicações visuais e se refere a um conjunto de competências visuais que as pessoas precisam desenvolver para lidarem e integrarem os diferentes aspectos sensoriais que as comunicações visuais exigem.
f) Letramento em Comunicação	Centra-se na preparação dos indivíduos para se tornarem capazes de se comunicarem eficazmente e trabalharem de modo colaborativo utilizando as tecnologias de comunicação disponíveis.

Fonte: MARTIN *apud* PEREIRA (2014, p.50)

A Esmat também evoluiu e acompanhou o desenvolvimento não só tecnológico, mas também socioeconômico do estado, além de perceber uma nova concepção de homem, mundo, sociedade e educação. Para isso, suas ações são para fazer o aperfeiçoamento profissional de servidores e magistrados a partir da realidade e experiência concreta, com a utilização de estrutura tecnológica de altíssima qualidade tanto em sua sede, quanto nas unidades administrativas (Sede do TJ, Anexos e Comarcas) sendo essa estrutura um potencial interativo aliado à capacidade do aluno de manuseá-los explorando toda a sua integração com o virtual por meio das atividades pedagógicas de formação, capacitação e aperfeiçoamento.

Segundo Buzato (2006, on-line), “a tecnologia, a exemplo da linguagem, tanto molda e organiza relações [...] como é, ao mesmo tempo, moldada e organizada por essas mesmas forças [...]”. Trata-se de “conceber a tecnologia como ação social coletiva [...] e o seu desenvolvimento como um processo de desvios, derivas, deslizamentos e translações sucessivos” (LATOUR *apud* BUZATO, 2006, *on-line*).

Com a metodologia de Educação a Distância, são possíveis a redução dos custos, o favorecimento à mobilidade dos participantes, a otimização do tempo de alunos e tutores, o ganho de escala e da possibilidade de capacitar um maior número de pessoas ao mesmo tempo. Essas situações ocorrem na Esmat por meio da implantação de ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Seção 3 – A QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PARA DOCÊNCIA ONLINE

Nesse momento de grandes transformações sociais e educacionais, a utilização de tecnologias inovadoras ocorre em todos os setores da sociedade e na educação não pode e não deve ser diferente, percebe-se que são cada vez mais ampliadas as mídias utilizadas em atividades educacionais. Assim, é preciso que estes instrumentos sejam empregados pelos professores na busca da melhoria do ensino brasileiro e, especialmente, no ensino corporativo.

A revolução tecnológica experimentada na passagem do século XX para o atual significou mais do que uma simples modernização nos meios de comunicação e de produção; as tecnologias digitais possibilitaram mais um espaço social, mas com o diferencial de uma dinâmica físico-temporal sem precedentes que ocasionou a formação de novas práticas culturais (CARMO; FRANCO, 2019, p. 3).

O processo de educação continuada da Esmat demonstra a necessidade de se investir ainda mais na modalidade a distância. Assim, são promovidos diversos cursos de formação dos docentes, dos quais destacam-se o Curso de Formação de Formadores, que tem por objetivo principal “capacitar magistrados e servidores como formadores, objetivando o desenvolvimento contínuo de competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrado”¹⁴; e o Curso de Formação de Tutores para EaD com objetivo de “capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário para atuarem como tutores EaD nas atividades de ensino realizadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle”¹⁵, ambos ofertados com Professores convidados pertencentes ao quadro de professores da Escola Nacional de Formação e

¹⁴ Publicadas no EDITAL Nº 287 / 2016 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT (EDITAL nº 086, de 2016 –SEI nº 16.0.000007716-3, publicado no Diário da Justiça nº 3.912, dia 19 de outubro de 2016, pp. 59-62. Acesso em: 5 set 2020.

¹⁵ Publicadas no EDITAL Nº 358 / 2017 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT (EDITAL nº 104, de 2017 – SEI Nº 17.0.000036831-8), publicado no Diário da Justiça nº 4.180, pp. 104/107. Acesso em: 5 set 2020.

Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e com professores do próprio quadro da Esmat.

A Resolução Enfam nº 2, de 8 de junho de 2016, dispõe sobre os programas para a formação e aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

A referida normativa determina que os programas de formação e aperfeiçoamento dos magistrados devem ocorrer por meio dos seguintes programas: formação inicial, formação continuada e formação de formadores.

Quanto ao programa de formação de formadores, o art. 35 da supracitada resolução afirma que “a formação de formadores tem por objetivo desenvolver, continuamente, competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrados”.

O art. 37 relata que o programa de formação de formadores deve oportunizar o desenvolvimento de competências para o exercício de atividades pedagógicas realizadas por docentes, incluindo as atividades de participação na organização e gestão nas escolas judiciais e de magistratura e de auxílio às corregedorias; e a primeira turma foi desenvolvida com a participação de 5 Facilitadores; porém, já em sua terceira turma houve o aumento para 6 módulos, nos quais houve a participação de 6 facilitadores de aprendizagem.

O curso Formação de Tutores EaD conta com dois Facilitadores de Aprendizagem e um Tutor, ambos servidores da Esmat, e é ministrado em dois módulos: o primeiro, voltado para planejamento e estruturação de um curso na plataforma *Moodle*, o que possibilitará aos alunos o acesso aos recursos disponíveis na plataforma, suas características e as possibilidades de utilização durante o processo de customização de um curso no ambiente virtual de aprendizagem; o segundo fundamenta a teoria da modalidade de educação à distância com intuito de contribuir no desenvolvimento das atividades de formação dos seus servidores, bem como formar um banco de tutores para atuarem diretamente nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento, oferecidos pelo Poder Judiciário Tocantinense.

Em geral, o curso proporciona a todos os participantes a possibilidade de discutir os obstáculos enfrentados no processo de ensino-aprendizagem, por meio da educação à distância, as estratégias adequadas para superar a distância

geográfica e temporal existente entre instrutor-aluno, bem como buscará responder a questões pontuais, como: em que consiste o ensino do tutor; quais seriam seus papéis e funções; qual a importância da tutoria no contexto do curso à distância *online*; e como gerenciar as ferramentas tecnológicas disponíveis no *Moodle*.

Nos cursos é proporcionado o atendimento à uma exigência da Enfam, conforme consta na Resolução nº 2, de 8 de junho de 2016, que propõe a realização de cursos de formação de formadores, bem como a formação de um corpo técnico pedagógico capacitado à prática de multiplicar os conhecimentos adquiridos.

Tabela 7 – Relatório Geral dos Cursos de Formação para Facilitadores de Aprendizagem ofertados pela Esmat.

Curso	Período de Realização	Nº de Docentes	Nº de Alunos
Formação de Formadores - 2016	26/10/2016 a 17/04/2017	5	32
Formação de Formadores – Turma II	25/09/2017 a 16/03/2018	5	31
Formação de Formadores – Turma III	11/04/2019 a 22/10/2019	6	43
Formação de Tutores em Educação a Distância	19/08/2011 a 11/11/2011	2	34
Formação de Tutores em Educação à Distância - Turma II	01/10/2013 a 14/11/2013	3	32
Formação de Tutores EaD	11/12/2017 a 30/04/2018	3	50

Fonte: Relatório da Gestão - Esmat *Online*

Pode-se afirmar que o grande diferencial para EaD é o Docente (Professor-Titular, Professor-Conteudista e Professor-Tutor) pois é ele que motiva a argumentação, problematiza de forma a fomentar a qualidade das interações, que não deixa o aluno sentir-se solitário. A capacitação de professores¹⁶ para a formação dos servidores e magistrados tornou-se uma questão desafiadora. Muitos destes docentes que atuam na Esmat nem sempre possuem licenciaturas, capacitação ou formação pedagógica para formar novos profissionais.

¹⁶Aqui refere-se a todos os facilitadores de aprendizagem – Professor-Titular, Professor-Conteudista e Professor-Tutor, que buscam interatividade com os alunos, propondo o conhecimento, não o transmitindo, disponibilizando estados potenciais de forma que o aluno experimente a criação do conhecimento quanto participe, interfira e modifique durante o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

[...] valorizar a instrutoria interna como forma de disseminação do conhecimento tácito tem sido uma tendência nas organizações, materializada por meio de incentivos e reconhecimentos. É como se todos fossem instrutores e alunos ao mesmo tempo, alternando papéis conforme o tema e o público (PINTO, 2006, p. 491).

Desta forma, experientes instrutores são fundamentais para o desenvolvimento da instituição, pois, caso estejam bem formados, podem contribuir para o aprimoramento dos funcionários. Como explica Eboli (2004), os colaboradores do mundo corporativo já fazem parte desta realidade; em muitas, há vários cursos para os diferentes níveis de cargos.

Segundo TARDIF (2014, p.31), “um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros”. A partir dessas palavras, destaca-se que o Professor, no exercício de sua atividade laboral, constitui-se docente na medida em que ele tem um saber relevante no âmbito da Instituição, por conhecer procedimentos, rotinas, normas, políticas e cultura, sendo necessário o desenvolvimento de ações de formação pedagógica, na qual os futuros instrutores são apresentados a alguns educadores e métodos, que fundamentam o modelo pedagógico da Instituição Corporativa e fornecem o arcabouço ideológico, semelhante ao que acontece com a prática docente na formação do professor.

É importante ressaltar que, para as ações de formação e aperfeiçoamento de servidores, há saberes técnicos que não são propriamente disciplinares, pois a atuação do instrutor se dá a partir de ações educacionais, que pelo contexto corporativo, não correspondem apenas às disciplinas, mas também tratam de conhecimentos relevantes para a Instituição. A experiência dos Professores (Servidores e Magistrados) é muito valorizada, pois o seu conhecimento mostra-se relevante. Destaca-se que a formação para a atuação em ações educacionais se dá mais a partir da experiência profissional e na ação educacional, do que pela formação acadêmica.

A modalidade EaD é uma realidade na ESMAT e, sem dúvida, a mais moderna, eficaz e democrática ferramenta de ensino que traduz os princípios da educação profissional: responsabilidade compartilhada, oportunidade de crescimento igualitário, conectividade, flexibilidade de horário para estudo,

qualidade e produtividade, pois o acesso facilitado à internet permite as conexões síncrona e assíncrona entre indivíduos situados em diferentes espaços.

O novo educador precisa ter uma vontade interior que o faça buscar o aprimoramento de sua formação para estar apto a ensinar e a aprender em ambiente on-line. Este é um desafio que o formador terá de enfrentar, mas que pode ser mitigado se estiver aprendendo sobre aprendizagem em comunidades colaborativas virtuais. Para aprender é preciso fazer, compreender, esse fazer, analisá-lo, criticá-lo; portanto, ao viver o processo como integrante do grupo, o formador já está, também aprendendo a mediar, uma vez que ele mesmo é corresponsável pelo todo, a sua intervenção é a resposta ou a nova instigação para os demais participantes (ALVES, 2007, p.121).

Em virtude destes novos contextos em que a EaD se encontra, faz-se necessário que professores tenham o desenvolvimento de novas competências, as quais irão fortalecê-los e capacitá-los a utilizar o ensino online de forma a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, em vista de novos e crescentes desafios, que vem transformando o cenário educacional em decorrência do surgimento de novas formas de ensinar e aprender.

Esse processo provoca mudanças significativas no papel desempenhado pelos professores e alunos, com ênfase na necessidade de desenvolvimento de competências, que apesar de ser um desafio presente na EaD, embora seja uma realidade, a manutenção dos estudantes pode ser uma dificuldade constante o que sugere revisões de metodologias e recursos influenciadores na formação dos sujeitos e nas práticas pedagógicas.

Precisa-se criar uma comunidade prática que possibilite a interação entre as pessoas por meio do uso das novas tecnologias, auxiliando o professor no aprendizado com o computador como um recurso altamente capaz de desenvolver interação fluente no uso da máquina e não só com a máquina.

Para que esse processo seja efetivo e eficaz, os professores devem ser formados para promoverem os cursos em EaD. É necessário considerar que, mesmo que muitos docentes ainda se utilizem de modelos de ensino focalizados em conteúdo, faz-se imprescindível a oferta de opções metodológicas mais dinâmicas, interativas e de transformação permanente, devendo estas considerar a necessária dialogicidade das relações entre professores e alunos, na perspectiva da convivência com as tecnologias em constante atualização.

O ser humano é o elemento primordial para agregar valor às instituições e um dos mais importantes patrimônios é seu capital intelectual, o que resulta na necessidade de investimento e de uma política eficaz de gestão de pessoas. A necessidade de tornar a administração pública mais transparente, ética e eficaz; a importância de subsidiar a gestão estratégica da instituição; a valorização da equipe; e a retenção e gerenciamento de talentos passam a requerer pessoas altamente competentes e comprometidas em todos os níveis da organização. Para o sucesso de uma instituição, é necessário que haja investimentos substanciais na educação continuada de seus colaboradores e que seja identificado o conhecimento crítico nela existente, pois ele é a mais expressiva forma de se fortalecer uma organização.

A gestão do conhecimento é a busca pela *expertise* coletiva da organização e de sua eficaz distribuição. A utilização da educação continuada (capacitação, atualização, aperfeiçoamento ou qualificação) é a forma de garantir melhoria contínua dos processos e dos resultados institucionais.

Para uma educação continuada de qualidade, vários fatores são indispensáveis, especialmente a *performance* do docente responsável pelo processo de formação dos colaboradores institucionais.

Para facilitar o processo da gestão do conhecimento, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) invadem nosso cotidiano podendo dinamizar os processos de ensino e aprendizagem contribuindo amplamente, principalmente, no que concerne ao fluxo das informações e aos modernos e dinâmicos processos educacionais através de celulares, computadores, *ipods*, *e-readers*, *e-books*, TV digital, *chat* vídeo, fóruns virtuais, hipertextos, redes sociais (*instagram*, *facebook* ...), *skype*, webconferências, softwares, *google meet*, *google docs*, *zoom*; as tecnologias vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade da informação.

Não há dúvida de que as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem, onde, anteriormente, predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor. Para que as TICs possam trazer alterações no processo educativo, no entanto, elas precisam ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente. Isso significa que é preciso respeitar as especificidades do ensino e da própria tecnologia para poder garantir que o seu uso, realmente faça diferença. Não basta usar a televisão ou o computador, é preciso saber usar de forma pedagogicamente correta a tecnologia escolhida. (KENSKI, 2007, p. 46)

Possuir um sistema de informação eficiente é imprescindível. No entanto, para que se faça uma gestão exitosa do conhecimento é necessário que haja uma combinação entre avanços tecnológicos e mudanças comportamentais, principalmente em função das crescentes demandas em relação ao desenvolvimento de competências e habilidades de leitura e escrita em novos suportes tecnológicos.

Para LEVY *apud* LINHARES; CHAGAS (2017, p. 26), “[...] a tecnologia digital como infraestrutura do ciberespaço cria, por meio da internet, além de novos processos de comunicação, sociabilidade, organização e de transação, surge um novo mercado e informação e do conhecimento.”

As redes sociais permitem utilizações com diversas finalidades, dentre as quais destacam-se: divulgar e compartilhar experiências, promover maior interação entre alunos e professores, ampliar a divulgação de informações, propiciar interações entre leitores e escritores, além de várias inúmeras possibilidades que podem ser associadas às demandas de aprendizagem dos educandos.

É importante ressaltar que a tecnologia é um instrumento para facilitar o fluxo de informação, mas ela não existe sem o homem. Conforme afirma Mussak (2010), “o banco de dados estratégicos de uma empresa não se encontra na memória de seus computadores, mas na cabeça dos gestores” (p. 128).

A construção do conhecimento acontece por meio das trocas e colaborações dos professores e alunos com os pares e com o mundo. Os conteúdos digitais criados em rede, considerados potenciais viabilizadores de construção de conhecimento, não se constituem de produtos finais, mas sempre de construções processuais surgidas de discussões, debates e questionamentos, aos quais se atribuem sentidos novos e atualizados. (SILVA; COUTO, 2019. p. 235)

As Instituições fazem a gestão do conhecimento por razões diversas, sendo umas para reter talentos, outras para disseminar conhecimento para criar conhecimento novo por meio de pesquisas e outras para tomada de decisão.

No entanto, como pode ser observado, tudo se relaciona ao aprendizado e ao conhecimento.

Cada época tem as suas tecnologias e elas organizam a sociedade, a cultura, a educação. [...] Então, além da televisão, rádio e vídeo, são os computadores, tablets, laptops, smartphones e seus diversos ambientes de redes, blogs, sites, redes sociais digitais, jogos eletrônicos, etc. que também começam a fazer parte das escolas e estruturam os modos de ensinar e aprender, os jeitos de produzir e compartilhar conhecimentos

(COUTO, 2015, p.1)

Hoje, os administradores têm uma nova visão das pessoas enquanto colaboradores. Nesta nova visão, conforme Chiavenato (1999, p. 4), a “Gestão de Pessoas é formada por pessoas e organizações”, dessa forma tem-se que:

As organizações surgem para aproveitar a sinergia dos esforços de várias pessoas que trabalham com conjunto. Sem organizações e sem pessoas certamente não haveria a Gestão de Pessoas. Termos como empregabilidade e empresabilidade são usados para mostrar, de um lado, a capacidade das pessoas de conquistar e manter seus empregos e, de outro, a capacidade das empresas para desenvolver e utilizar as habilidades intelectuais e competitivas de seus membros (CHIAVENATO, 1999, p. 5).

Ainda neste aspecto da Gestão de Pessoas, o mesmo autor pondera que nos tempos atuais as organizações estão ampliando a sua visão e atuação estrategicamente, pois o processo produtivo somente se realiza com a participação conjunta de diversos parceiros (pessoas), onde cada um contribui com algum recurso.

[...] letramento digital pode ser compreendido como: “conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo.” (BUZZATO, 2003, p. 3)

O domínio de técnicas inovadoras e a atualização contínua de conhecimentos precisa fazer parte da rotina do professor possibilitando-o a ser um criador de ambientes de aprendizagem e de valorização do educando.

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tornar a informação significativa, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e a torná-las parte do nosso referencial. (MORAN, 2020, s.p.)

O uso das tecnologias da informação e comunicação no processo de formação e aperfeiçoamento contribui significativamente nesse contexto, devendo o professor conhecer e avaliar o potencial das diversas mídias ao seu alcance e oportunizar o uso consciente por seus alunos, com o objetivo de envolvê-los e apoiá-los na construção do conhecimento, pois as instituições tem recebido uma

série de eventos que demandam os usos de materiais e de estratégias sociocognitivas e que faz pensar e processar informações das mais variadas formas, por meio das informações que circulam nos mais variados suportes, como papel, outdoor, televisão, revista, computador, dentre outros, materializados nos diversos gêneros, tais como propagandas, anúncios, extratos bancários, e-mail e outros, se construindo outras formas de ler, vivenciar, comunicar e transformar o mundo.

[...] a reformulação das noções de tempo e espaço para construir educações novas e conectadas em rede reside na compreensão de que as salas de aulas como conceito físico rígido não acompanham o movimento de conexões, interações, colaboração e produção em rede, próprios da cultura digital e das sociedades conectadas. [...] precisa ser ampliada, mesclada constantemente para se hibridizar, se misturar a outros caminhos de ensino e aprendizagens, todos pluriconectados. (COUTO; SILVA, 2017, p. 52).

Nesse contexto, o Letramento Digital trata-se de práticas exercidas com as tecnologias – conhecimento técnico e tecnológico quanto à utilização dos principais aplicativos, recursos e mecanismos disponibilizados pelos equipamentos tecnológico – computador (*desktop, netbook, notebook*), *tablets*, celulares *smartphones* (rede mundial de comunicação – internet –) por meio de plataformas de interação e aprendizagem voltado ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem; não trata-se de afirmar que quem consegue digitar ou ler algo produzido em um processador de texto, como o *word*, seja letrado digital, pois não se pode desconsiderar outras práticas sociais realizadas através das tecnologias digitais que agregam, à escrita, outras modalidades, tais como a visual e a oral.

[...] somente um ensino pautado no desenvolvimento dos diversos letramentos e não somente no letramento tradicional, o que é comum na educação brasileira, pode permitir que a educação saia dos muros das instituições e perceba o processo ensino-aprendizagem como algo para a vida, o que é uma demanda do mundo globalizado (PINHEIRO, 2016, p. 408).

Portanto, a necessidade de capacitação e aperfeiçoamento destes agentes de formação voltados para o aprendizado desses mecanismos educacionais inovadores que possibilitem a utilização dos diversos e mais amplos recursos para oferta de aporte no processo ensino aprendizagem, pois as tecnologias digitais têm possibilitado uma gama variada e diversificada de práticas sociais e também porque

surtem novas ferramentas e novas possibilidades muito rapidamente e as práticas exercidas pelos cidadãos para interação no mundo *on-line* que demandam diversas habilidades, tais como o manuseio das tecnologias de informação e comunicação, a produção e a compreensão de textos verbais, o que promoveu um crescimento do uso de TIC e de formação *on-line*.

[...] no fim do século XX e início do século XXI, ocorre muitas vezes sobreposição de campos e terminologias, variando entre EaD, e-learning, formação *on-line*, emprego mais intensivo de TIC e AVA, entre outros, denotando uma pluralidade terminológica e de diferentes usos de tecnologias, mas que, no limite, indicam processos de formação consolidados em utilização mais intensa das TIC (PINHEIRO, 2016, p. 412).

Conforme destaca Silva; Couto (2019, p. 236), “os conteúdos digitais são desenvolvidos por meio da colaboração e o seu compartilhamento promove o crescimento de uma rede móvel e coletiva de produções e de conhecimentos, onde as relações mais horizontais e democráticas são priorizadas.”

O aprendizado baseado na internet não é apenas uma questão de competência tecnológica: um novo tipo de educação é exigido tanto para se trabalhar com a internet quanto para se desenvolver capacidade de aprendizagem numa economia e sociedade baseadas nela. [...] mudar do aprendizado para o aprendizado de aprender, [...] Mesmo quando dispõe de tecnologia, carece de professores capazes de usá-las com eficiência, além de pedagogia e organização institucional para estimular novas habilidades de aprendizado (CASTELLS, 2003, p. 212).

Os mecanismos digitais (móveis ou imóveis) já se tornam parte integrante do processo de ensino aprendizagem, resta ao Professor Educador adaptar-se a novas realidades e aperfeiçoar seus conhecimentos e práticas com as ferramentas disponibilizadas de forma a contribuir constantemente com o processo de formação. O envolvimento permanente dos alunos com as tecnologias ou recursos digitais disponíveis gera, também, interesse no processo de construção do conhecimento, isso favorece uma aprendizagem diferenciada e a ampliação de conhecimento dos temas abordados. Logo, a produção de conteúdos com uso dos recursos digitais possibilita inovações nas práticas pedagógicas.

Independente do modo diverso como são denominados os letramentos na cultura digital, estes convergem quanto à necessidade de ampliação do repertório de conhecimentos e habilidades dos sujeitos para promover a sua condição de cidadão cada mais letrado digitalmente,

para exercer a crítica, a autonomia, o empoderamento e o exercício da cidadania. Para que este processo ocorra, se destaca o papel da universidade como agência de formação que pode atuar na formação para Letramento Digital, utilizando metodologias híbridas com o uso de plataformas virtuais de ensino e aprendizagem onde convergem diversas mídias digitais e que requerem novas habilidades tanto de professores quanto de estudantes (FERNANDES, 2017, p. 73).

O desenvolvimento de novos espaços e novas práticas e experiências de aprender e, conseqüentemente, de ensinar a aprender, promove a busca de estratégias pedagógicas de natureza inovadoras relacionadas diretamente ao desenvolvimento tecnológico, das redes digitais de informação, o que tem afetado todos os campos da vida humana, ocasionando na educação – principalmente nos processos e práticas de aprendizagem – um desafio mais categórico em decorrência da transformação na formação dos sujeitos.

Ser professor é desempenhar uma atividade profissional que exige qualificação para o saber disciplinar e o saber pedagógico, pois ensinar, além de ser um ato social e histórico, implica a formação de pessoas para compreender e interpretar informações em um processo para a construção de novos conhecimentos. Na era das TDIC, o trabalho docente tem se deparado com novos paradigmas que influenciam suas práticas, processos, tempos e espaços escolares. Essas influências podem se tornar mais sensíveis quando o professor marcado pela docência presencial passa a atuar na docência online em EAD (CARMO; FRANCO, 2019, p.10).

As trocas e interações durante os processos de comunicação e que são possibilitadas pelo ciberespaço requerem dos sujeitos diversos conhecimentos sobre os diferentes meios, dispositivos, tecnologias, suportes e linguagens. Diferentes contextos e práticas educativas permitem a interação dos sujeitos em diferentes tempos abrindo precedentes para novas formas de ensinar e aprender.

A interação proporcionada por *softwares* especiais e pela internet, por exemplo, permite a articulação das redes pessoais de conhecimentos com objetos técnicos, instituições, pessoas e múltiplas realidades para a construção de espaços de inteligência pessoal e coletiva (KENSKI, 2003, p. 51).

A tecnologia tem possibilitado uma dinamização do processo de produção, acesso e compreensão do conhecimento, pois está cada vez mais presente nas práticas sociais e no cotidiano das pessoas por meio de alterações nos modos de pensar, agir, sentir e se relacionar. Faz-se necessário que o docente entenda que as tecnologias da informação e da comunicação – computadores, internet, etc – não

chegaram para anular a figura do docente na sala de aula, mas sim colaborar para a busca da verdadeira eficácia do ensino um profissional a ser qualificado quanto às evoluções do contexto real e atual.

Sabe-se que diversos recursos tecnológicos podem ser utilizados em sala de aula – seja ela presencial ou online. Há diversos *softwares* multiuso, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), ferramentas colaborativas, vídeos, *smartphones*, celulares, *tablets*, *notebooks*, aplicativos com os mais variados recursos em que professores e alunos podem se conectar, comunicar e trocar ideias, independente de distância.

Pode-se desenvolver cursos com diversas estruturas – curta, média e longa duração – por meio das plataformas educacionais. Alguns baseados em materiais *online*, *cases*, animações pequenos vídeos e atividades que podem ser desenvolvidas de forma autoinstrucional (nesse caso a flexibilidade de tempo para sua conclusão é uma conquista). Podem ser concebidos cursos com uma matriz curricular mais complexa, necessitando de aporte maior dos docentes (Professor-Titular; Professor-Conteudista; Professor-Tutor) responsáveis por todo o processo de desenvolvimento das atividades que incluem a preparação dos materiais: textos, slides, das atividades individuais ou em grupos, questões subjetivas e objetivas, fóruns, chats de interação, além de videoaulas gravadas ou videoconferências como mídia principal. Esse é considerado como um modelo promissor no que se refere ao atendimento aos alunos que têm dificuldade de trabalhar sozinhos, com o auxílio de textos e hipertextos disponíveis na internet. Por isso, a importância de organizar processos de ensino-aprendizagem adaptados a cada tipo de curso e aluno.

O professor com atuação na Esmat tem se deparado com a necessidade de aprender a trabalhar em situações diferentes, com poucos ou muitos alunos, com mais ou menos encontros presenciais, com processos personalizados de ensino-aprendizagem. Partindo desse pressuposto é que existe uma preocupação constante sobre como está o conhecimento dos professores para com o uso dessas ferramentas e recursos disponíveis para o auxílio no desenvolvimento do ensino-aprendizagem nos mais variados campos de atuação docente, pois é essencial uma alfabetização digital do professor em prol do melhor uso das distintas tecnologias e mídias disponíveis para a docência online. Como já defendia Moran (2005) há quinze anos.

Em poucos anos, dificilmente, teremos um curso totalmente presencial.
Por isso, caminhamos de muitas fórmulas de organização de processos

de ensino-aprendizagem. Vale a pena inovar, testar, experimentar, porque avançaremos mais rapidamente e com segurança na busca desses novos modelos que esteja de acordo com as mudanças rápidas que experimentamos em todos os campos e com a necessidade de aprender continuamente (MORAN, 2005, p.22).

Os números a seguir apresentam o índice de ações desenvolvidas por intermédio da Educação a Distância, no período de 2014 a 2018 realizados na Esmat.

Tabela 8 – Número de Atividades EaD e Número de Docentes Online

Ano	Número de Atividades EaD	Número de Docentes Online
2014	8	10
2015	8	16
2016	6	25
2017	8	21
2018	7	31

Fonte: Sistema Acadêmica da Esmat (SAV)

Existe diversos passos fundamentais para implementação de programas de formação, capacitação a aperfeiçoamento por meio da Educação a Distância no âmbito corporativo, sendo crucial a definição de sua importância e a viabilidade de implantação, a partir da estruturação de uma equipe de produção (gestor de projeto, especialista em desenho pedagógico ou desenho instrucional, *webdesigner*, programador *web*, revisor gramatical, revisor pedagógico e um pedagogo) e sua capacitação com objetivo de além do planejamento adequado, também a seleção dos recursos tecnológicos essenciais para o bom desenvolvimento das competências técnicas no uso das Tecnologias Digitais para a Educação em busca de um projeto permanente com capacidade de autonomia e gerenciamento de suas práticas de aprendizagem.

A existência de variados modelos pedagógicos permite o desenvolvimento das formas de apropriação das teorias de aprendizagem para uso de acordo com as necessidades e objetivos institucionais, o que permite apresentar uma proposta curricular para auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências pelos facilitadores de aprendizagem que atuam dentro do Poder Judiciário ou até mesmo nas Instituições parceiras da Escola Superior da

Magistratura Tocantinense nas diversas atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento desenvolvidas para os fins de melhoria da qualidade da prestação jurisdicional com objetivo de atender a sociedade de formação satisfatória, a partir de propostas educacionais focadas na necessidade do recurso humano em atuação na Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por escopo versar sobre a qualificação de professores para a atuação na educação a distância (EaD) com foco em letramento digital, na busca do aperfeiçoamento quanto à utilização das tecnologias digitais para o auxílio com qualidade no desenvolvimento do ensino-aprendizagem nos processos de capacitação, formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (TJ/TO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

A pesquisa possibilitou compreender aspectos da docência *on-line*, por meio das plataformas educacionais, em especial o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle, bem como analisar impactos (positivos e negativos) quanto à capacitação em serviço para com a qualidade da prestação jurisdicional tocantinense.

Procurou-se, também, identificar treinamentos realizados pela participação direta de professores e equipes pedagógicas da Esmat. Destaca-se, dentre tais ações, o Curso de Formação de Formadores, que teve por objetivo capacitar interessados como formadores, objetivando o desenvolvimento contínuo de competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação. Este curso fora ofertado por três vezes. Percebe-se, portanto, a importância desse curso para com a formação de magistrados e servidores no que tange ao preparo, habilitação e qualificação para a docência corporativa.

Levantou-se também, por meio da pesquisa, as principais contribuições de pesquisadores voltados para o processo de formação docente, tanto para a educação a distância quanto para a educação corporativa, concernente a referências conceituais explanatórias a partir do estudo sistematizado e fundamentado das práticas já consolidadas de letramento digital conhecidas, tais como Kenski (2004), Couto (2017), Morin (2005), Mill (2012), Santaella (2000), e Silva. (2011)

Resultados provenientes de cursos de capacitação ofertados pela Esmat, correlatos à temática, levaram à elaboração de Curso intitulado “Programa de formação em letramento digital para docência *on-line*”, apresentado na última seção do estudo que ora se finda. Aponta-se, como objetivo geral, capacitar

magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense para melhor desenvolver suas atividades como facilitadores de aprendizagem (Professor-Titular, Professor-Conteudista e Professor-Tutor) por meio do uso eficaz dos recursos tecnológicos disponíveis na área de Tecnologia da Informação e de Comunicação utilizados nas atividades educacionais promovidas por meio da Educação a Distância. O Curso encontra-se subdividido nos seguintes módulos:

Módulo I – Noções Introdutórias sobre Tecnologia e Letramento Digital: tendo por fito apresentar alguns recursos que fazem uso da internet das coisas (*internet of things* – IOT) e que influenciam diretamente no dia a dia das pessoas, dos alunos e professores (aparelhos celulares, *tablets*, televisores/*smart tvs* dentre outros).

Módulo II – Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)/Moodle: plataforma educacional utilizada pela Esmat para oferta de cursos de capacitação, formação, aperfeiçoamento na modalidade EaD.

Módulo III – Aplicativos para Edição e Diagramação de Conteúdo: Prezi (ferramenta *on-line* para a construção de apresentações, caracterizada pela dinamicidade, criatividade e inovação); Office Excel (ferramenta de edição de gráficos, dados e planilhas); Office Word (ferramenta largamente utilizada para produção textual); Office PowerPoint (ambiente de customização de slides, com finalidade de auxílio em apresentações).

Módulo IV – Comunicação Digital e Interfaces de Interação Síncronas: Hangout/ Google Meet (ferramentas desenvolvidas pela empresa Google, que ganhou projeção devido avanço na percepção de ferramentas digitais devido regras de isolamento social ocasionadas pela pandemia da COVID-19); Jamboard (Quadro branco digital que possibilita interações *on-line*); Classrom (ferramenta digital que propicia a criação de turmas virtuais, distribuição de tarefas, comunicação e organização); Skype (Software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo da Microsoft); Zoom (ferramenta que fornece um serviço de conferência remota que combina videoconferência, reuniões *on-line*, bate-papo e colaboração móvel); e WhatsApp (aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz, que permite também o envio de mensagens de imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet).

Buscou-se responder às problematizações apontadas na parte introdutória, quais sejam: como se configura o perfil docente relativamente às competências de ensinar no ambiente virtual dos professores e potenciais professores da Esmat? Que indicações objetivas podem ser implementadas a partir das recomendações pedagógicas já consolidadas pelas equipes de Coordenação Pedagógica?

Constatou-se, como perfil docente, a ausência de conhecimento técnico a respeito dos principais recursos tecnológicos disponíveis para o auxílio do processo ensino-aprendizagem (word, powerpoint, excel, AVA/Moodle dentre outros), além de técnicas didáticas para o ensino *on-line*.

Logo, faz-se necessário o desenvolvimento de capacitação de magistrados e servidores que queiram atuar com Educação a Distância no ambiente educacional do Poder Judiciário Tocantinense.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM LETRAMENTO DIGITAL PARA DOCÊNCIA *ONLINE*

OBJETIVO GERAL

Capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense para melhor desenvolver suas atividades como facilitadores de aprendizagem (Professor-Titular, Professor-Conteudista e Professor-Tutor), por meio do uso eficaz dos recursos tecnológicos disponíveis na área de Tecnologia da Informação e de Comunicação utilizados nas atividades educacionais promovido por meio da Educação a Distância.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar o uso eficaz das ferramentas disponíveis nos Ambientes Virtuais da Esmat;
- Fornecer instruções e conhecimentos básicos para o uso eficiente de aplicativos de interação;
- Conceder orientações para a realização da comunicação online por meio de videoconferências;
- Apresentar recomendações basilares de segurança web e de utilização produtiva de ferramentas;
- Expor os avanços da tecnologia e sua influência no dia a dia;
- Validar os instrumentos com efetividade de uso nas plataformas em cursos na modalidade EaD, desde os processos de gestão do ensino e da aprendizagem, no que se refere aos procedimentos teóricos.

MATRIZ CURRICULAR

Data	Carga Horária	Conteúdo Programático	Estratégias e Resultados
<p>Módulo I – Noções Introdutórias sobre Tecnologia e Letramento Digital</p>	<p>15 horas</p>	<p>Letramento Digital e Tecnologias Virtuais para o ensino on-line; Noções introdutórias sobre a educação híbrida e as estratégias para uso em sala de aula;</p> <p>O papel dos facilitadores de aprendizagem – Professor-Titular, Professor-Conteudista e Professor-Tutor;</p> <p>Internet das Coisas – conhecida apenas pelo termo IOT é um conceito que se refere à interconexão digital de objetos cotidianos com a internet, conexão dos objetos mais do que das pessoas. Em outras palavras, a internet das coisas nada mais é que uma rede de objetos físicos capaz de reunir e de transmitir dados;</p> <p>Educação a Distância – A metodologia de ensino EaD, tem superado as expectativas de interação entre professores e alunos, no processo de ensino-aprendizagem, devido aos recursos tecnológicos utilizados, que possibilitam avanços surpreendentes, transportando, mutuamente, as informações didáticas de forma segura e em pouco tempo.</p>	<p>Será apresentado alguns recursos que fazem uso da IOT e que influenciam diretamente no dia a dia das pessoas dos alunos e professores.</p> <p>Neste módulo será apresentado de forma básica as principais vantagens do uso da EaD no processo de qualificação profissional e na disseminação do conhecimento. O Papel da EaD no Poder Judiciário Tocantinense.</p>

<p>Módulo II – Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</p>	<p>20 horas</p>	<p>Moodle – Plataforma Educacional utilizado pelo Esmat para o desenvolvimento de cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento na modalidade de ensino a distância. Neste módulo os alunos aprenderão: acessar as ferramentas de interação (fórum; chat), desenvolver as principais atividades e recursos disponibilizados pela plataforma - Gestão de usuários, Importação de Dados, Lição de Rótulos, Gestão de Comentários, Banco de Perguntas, Avaliações, Glossário, Fórum, Chat, Wiki, Lição de URL, Relatórios, <i>Feedback</i> etc – acompanhar o relatório de atividades no curso (notas), atualizar do perfil acadêmico e realizar a recuperação de senha.</p>	
<p>Módulo III – Aplicativos para Edição e Diagramação de Conteúdo</p>	<p>25 horas</p>	<p>Prezi – Uma ferramenta para a construção de apresentações, que permite as vantagens da computação em nuvem e do zoom para elaborar mostras sequenciais e não lineares. A técnica empregada pelo software para reduzir e expandir a visão de textos e imagens é semelhante àquela trazida pelo Google Maps. Neste módulo será exposto, de forma básica, o passo a passo de como elaborar uma apresentação criativa e inovadora, via web, com o uso do <i>Prezi</i>.</p>	<p>Criação e apresentação via web; Adicionamento de objetos; como utilizar os Efeitos e Animação; Modelos; Edição.</p> <p>Formatação de planilhas; Configuração de páginas para Impressão; Classificação de dados; Inserção de fórmulas; Criação de gráficos; Proteção; Dicas de teclas de atalho.</p> <p>Formatação e edição de Textos; Configuração de páginas; Criação e formatação de Tabelas; Mala direta; Proteção; Dicas de teclas de atalho.</p>

	<p>Excel – São planilhas que permitem a organização de dados com rapidez, precisão e praticidade, além disso são efetivas para administrar, compartilhar e analisar dados, e ajudam profissionais a criar tabelas e gráficos. Neste módulo será oportunizado ao aluno o acesso à algumas formulas e funções, básicas, já pré-definidas pelo programa, técnicas de como criar gráficos e dicas para formatação de tabelas.</p> <p>Word – Programa de processamento de texto padrão utilizado para criar documentos e preencher uma série de outras funções relacionadas a produção textual. Outra vantagem é que ele se integra facilmente com outros programas do Microsoft Office. Neste módulo será demonstrado algumas dicas de formatação de texto, teclas de atalho, a utilização de links e como proteger o seu documento.</p> <p>PowerPoint – Programa que permite a criação e exibição de apresentações; neste aplicativo os usuários podem usar textos, fotos, ilustrações, desenhos, tabelas, gráficos e filmes para efetivamente conduzir apresentações simples e criativas. Este módulo fornecerá aos alunos informações básicas para elaboração de</p>	<p>Criação e apresentação; Adicionamento de objetos; Efeitos e animação; Modelos; Exportação; Dicas para Impressão; Dicas de teclas de atalho.</p>
--	--	--

		<p>uma apresentação por meio do programa powerpoint, desde a criação/formatação até a utilização de efeitos e animação.</p>	
<p>Módulo IV – Comunicação Digital e Interfaces de Interação Síncronas</p>	<p>20 horas</p>	<p><i>Dicas de Segurança na Internet e como realizar uma Videoconferência</i></p> <p>Segurança na Internet – A Internet já está presente em diversas ações do nosso cotidiano, e no judiciário tocantinense não é diferente, provavelmente todos os servidores acessam a internet diariamente para realizar alguma ação, seja o registro de sua presença, consulta ao contracheque, realização de pesquisas, leitura de e-mails, demandas institucionais dentre uma infinidade de outras atividades.</p> <p>Hangout ou Google Meet – Ferramenta desenvolvida pela empresa <i>Google</i>, com o fito de viabilizar conversas através de chats e videoconferências.</p> <p>Jamboard – Quadro branco digital o qual permite que equipes até mesmo em locais muito distantes discutam ideias e as salvem na nuvem para acesso em qualquer dispositivo.</p> <p>Classrom – Ambiente onde os professores e alunos se conectam facilmente, dentro e fora da escola. O Google Sala de aula economiza tempo e papel, além de facilitar a criação de</p>	<p>Neste módulo será apresentando algumas informações básicas e essenciais para a segurança durante o manuseio das ferramentas disponíveis na internet, desde o acesso aos sites, fornecimento de dados pessoais, download de arquivos e todos o processo de edição e customização.</p> <p>Os alunos aprenderão a programar e realizar videoconferências através da <i>internet</i>, ajustar os microfone e câmera (<i>webcam</i>), bem como realizar a trocar mensagens via ferramenta de comunicação, além das orientações basilares sobre o uso do whatsapp para realização de videochamada em grupo.</p>

	<p>turmas, distribuição de tarefas, comunicação e organização.</p> <p>Skype – <i>Software</i> que permite comunicação pela <i>Internet</i> através de conexões de voz e vídeo da <i>Microsoft</i>.</p> <p>Zoom – Desenvolvido pela empresa <i>Zoom Video Communications</i> uma empresa americana de serviços de conferência remota com sede em San Jose, Califórnia. Esta ferramenta fornece um serviço de conferência remota que combina videoconferência, reuniões <i>online</i>, bate-papo e colaboração móvel.</p> <p>WhatsApp – Trata-se de um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz, que permite também o envio de mensagens de imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a <i>internet</i>.</p>	
<p>Carga Horária Total</p>	<p>80 horas</p>	

METODOLOGIA

O curso será ministrado na modalidade a distância – assíncrono, via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat, com encontros dialógicos (fóruns e chats), a fim de promover maior interação entre alunos/professores e alunos/alunos, bem como pela disponibilização de videoaulas, links (textos e vídeos), tutoriais e materiais complementares que auxiliarão no processo de ensino-aprendizagem.

Além dos encontros dialógicos, preferencialmente por meio da plataforma Zoom (a qual disponibiliza mais recursos metodológicos) e materiais didáticos, os alunos contarão com uma estrutura que inclui suporte tecnológico e tutoria. Salienta-se que a tutoria será realizada durante todo o período de realização do curso, de acordo com o cronograma pré-estabelecido para cada módulo.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A Avaliação de Aprendizagem será desenvolvida a partir de um processo contínuo em observação às construções e criações realizadas pelo aluno, em plataforma de teste específica, com o desenvolvimento de atividade de formação experimental, levando em consideração o acesso e o tempo de permanência na plataforma, engajamento nos meios de comunicação, o desenvolvimento dos exercícios online, desempenho nas avaliações intermediárias, participação salas de bate-papo assíncronas e síncronas (fórum e *chat*) e de discussão online, e por último a entrega de portfólio pessoal com as principais produções – em formato digital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aglaé Cecília Toledo Porto. EaD e a Formação de Formadores. VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. (Org.) In: **Formação de Formadores a Distância e Integração de Mídias**. São Paulo: Avercamp, 2007.

BONILA Maria Helena Silveira. **Escola aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2005.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Entre a fronteira e a periferia**: linguagem e letramento na inclusão digital. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007b.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Letramentos Digitais**: um lugar para pensar em Educação, Internet e oportunidades. III Congresso Ibero-Americano EducaRede. São Paulo, 29 maio 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/1540437/Letramentos_Digitais_e_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Professores>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas** - o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

EBOLI, Marisa. **Educação corporativa no Brasil**: mitos e verdades. São Paulo: Gente, 2004.

CARMO, Renata de Oliveira Souza; FRANCO, Aléxia Pádua. **Da Docência Presencial à Docência Online**: aprendizagens de Professores Universitários na Educação a Distância. Educ. rev. vol.35 Belo Horizonte. Ago, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100420&tlng=pt>. Acesso: 30 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5. ed., São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001.

COUTO, Edvaldo Souza; SILVA, Raphaele Nascimento. Aprendizagem personalizadas na era das conectividades: ler e escrever em telas. In: PORTO, Cristiano; MOREIRA, J. António (Org) **Educação no Ciberespaço**: novas configurações, convergências e conexões. Aracajú: EDUNIT, 2017.

COSTA, Jaciara Carvalho; CARNEIRO, Monica Fontenelle. **Letramento Digital e suas implicações no Processo Ensino aprendizagem**. TICs & EaD em Foco. São Luís, v.4, n. especial, nov. 2018.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). **Resolução ENFAM nº 2, de 8 de junho de 2016**. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/102269/Res_2_2016_enfam_Atualizado.pdf>. Acesso em 6 ago 2020.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE (ESMAT). **Cursos e eventos**. Disponível em: < <http://esmat.tjto.jus.br/portal/>>. Acesso em 26 julho 2020.

FERNANDES, Terezinha; CRUZ, Dulce Márcia; AMANTE, Lúcia. Práticas e eventos de letramentos digitais na formação de estudantes Online na universidade. In: PORTO, Cristiano; MOREIRA, J. António (Org) **Educação no Ciberespaço: novas configurações, convergências e conexões**. Aracajú: EDUNIT, 2017.

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmem Irene. **Educação a Distância na Formação de Professores: visibilidades, potencialidades e limites**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 2 ed., SP: Papyrus, 2004.

KENSKI, V. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas; São Paulo: Papyrus, 2007.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 1999.

LINHARES, Ronaldo Nunes; CHAGAS, Alexandre Meneses. Aprendizagens no Ciberespaço: por uma pedagogia da comunicação em uma educação mestiça. In: PORTO, Cristiano; MOREIRA, J. António (Org) **Educação no Ciberespaço: novas configurações, convergências e conexões**. Aracajú: EDUNIT, 2017.

MILL, Daniel. **Docência virtual: uma visão crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MORAN, José Manuel. **Caminhos que facilitam a aprendizagem**. Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/camin.pdf> . Acesso em 30 ago. 2020

MORAN, José Manuel. Tendências da Educação On-line no Brasil. In: RICARDO, Eleonora Jorge. (Org.) **Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MORAN, José Manuel. MASSETO, Marcos T. BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MUSSAK, Eugenio. **Gestão Humanista de Pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 2010

NELSON, Cary. TREICHLER, Paula A. GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PEREIRA, Eliúde Costa. **Tecnologia Educacional e Letramento Digital: um Estudo de Caso de Vários contextos de uma Escola Pública**. Fortaleza, 2014.

PINHEIRO. R. C.; ARAÚJO, J. **Letramento Hipertextual: um amálgama de letramentos demandados em cursos on-line**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 55, n. 2, p. 401-430, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132016000200401&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 ago 2020

PINTO, André Luis de S. Alves. **EAD e educação corporativa: caminhos cruzados**. 2.ed. In: SILVA, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Loyola, 2006.

- PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro**. 3 ed., SP: Papirus, 2001.
- ROSA, Fernanda Ribeiro. **Por um indicador de letramento digital**: uma abordagem sobre competências e habilidades em TICs. VI Congresso Consad de Gestão Pública. 2013.
- SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANTAELLA, Lucia. **Cultura das mídias**. 2 ed., SP: Experimento, 2000.
- SAITO, Fabiano Santos; SOUZA, Patrícia Nora de. (Multi)letramento(s) difital(is): por uma revisão de literatura crítica. **Linguagens e Diálogos**, v. 2, n. 1, p. 109-143, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329572831_Multiletramentos_digitalis_por_uma_revisao_de_literatura_critica_Digital_Multiliteracies_for_a_critical_review_of_literature>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SILVA, Ivanda Martins. **Tecnologias e letramento digital**: navegando rumo aos desafios. Disponível em <<https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1164>>. Acesso em 30 ago. 2020.
- SILVA, Ana Elisa Drummond C; COUTO, Edvaldo Souza. Uso das Tecnologias Móveis na Produção de Conteúdos Digitais. In: LIMA, Joara Porto de Avelar Lima; SILVA, Daniela Lima da; BARBOSA, Ana Rita de Cássia Santos. (Org.) **As interfaces da educação e seus desafios**. Editora CRV. Curitiba, 2019.
- SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: **Educação & Sociedade**. Vol. 23, n. 81. Campinas: [on line], dez. 2002. p. 143-160.
- SOIFER, Raquel. **A criança e a TV**: uma visão psicanalítica. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1992.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TORRES SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- XAVIER, A. C. Letramento digital e ensino. In: FERRAZ, C. & MENDONÇA, M. **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.